

ACTA N.º 5/2011

ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE, REALIZADA NO DIA 1 DE JULHO DE 2011:

Ao primeiro dia do mês de Julho do ano dois mil e onze, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, pelas vinte e uma horas e quarenta minutos, estando presentes os senhores Rogério Manuel Dias Cação (CDU) e Carlos Alberto Lourenço de Almeida (CDU), respectivamente Presidente e Segundo Secretário da Mesa, os senhores António Manuel Prioste Salvador (PSD), Raul Fernando Conceição Santos (CDU), António Filipe Monteiro Vitória (CDU), Silvino Doirado Conceição João (PS) e Ana Maria Figueiredo Martins dos Anjos Costa (CDU), respectivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Atouguia da Baleia, Conceição, Serra d'El-Rei e Ferrel e Secretária da Junta de Freguesia de Ajuda, e os senhores Carlos Manuel Alves Santana (PSD), Tiago Jorge Carvalho Gonçalves (PS), Vítor Miguel Silva Delgado Marques, Maria Natália Figueiredo Martins dos Anjos Costa (CDU), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), José António Bombas Amador (CDU), João Manuel Jesus Gomes (PS), Mariana da Conceição Santos Rocha (CDU), José António Leitão da Silva (PSD), Sérgio Miguel Franco Martins Leandro (CDU), Natália Susana Colaço Rocha (PS), Ademar Vala Marques (PSD), Anna Clara Leal Rodrigues (PSD), Arminda Glória Félix Martins Brás (CDU), Paulo Jorge Amaro Balau (PSD), Licínio Pereira (CDU), Francisco José Santos Afonso (CDU) e Vítor Manuel Farricha Mamede (PS) reuniu-se, extraordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Período da ordem do dia:

1. Planeamento urbanístico e ordenamento do território no Concelho de Peniche;
2. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para que seja declarado o interesse público municipal de uma unidade autónoma de gás;
3. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para contracção de um empréstimo a longo prazo no âmbito do programa PROHABITA para reabilitação dos Bairros Sociais: Edifício Coosofi, Bairro Fernão de Magalhães e Bairro do Vale Verde.

2.º - Período de intervenção do público.

O senhor Silvino Doirado Conceição João (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, só participou na reunião até à uma hora e trinta minutos, altura em que decorria a apreciação do ponto três da ordem de trabalhos, não tendo, por isso, participado na votação desse ponto.

A senhora Ana Maria Figueiredo Martins dos Anjos Costa encontrava-se a substituir o senhor presidente da Junta da Freguesia de Ajuda, ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 38.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Os senhores Licínio Pereira e Francisco José Santos Afonso encontravam-se a substituir os senhores Pedro Manuel Tavares Varão e José Joaquim Franco Antunes, membros eleitos, e os senhores Álvaro André Paiva Amador, Maria Estrela Maia de

Paiva das Neves, Jacinto Manuel Ferreira de Oliveira, João Manuel Gonçalves Bento Pinto e Alina Maria Avelino da Fonseca e Sousa Marcelino, elementos que se seguiam na lista da CDU, que comunicaram a sua ausência nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

O senhor Vítor Manuel Farricha Mamede encontrava-se a substituir a senhora Anabela Correia Dias, membro eleito, e o senhor Ângelo Miguel Ferreira Marques, elemento que se seguia na lista do PS, que comunicaram a sua ausência nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Não compareceram à reunião os senhores Floriano Serrano Sabino (CDU), Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, e Américo de Araújo Gonçalves (PS), tendo a Mesa informado que havia considerado as faltas justificadas, nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 46.º-A da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro.

Assistiram à reunião o Presidente da Câmara, senhor António José Correia (CDU), e os Vereadores, senhores Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU), Jorge Serafim Silva Abrantes (CDU), Luís Lourenço Jorge Ganhão (PSD), Hélia Susana Brás Neves Calé (PSD) e Carlos Jorge Gonçalves Amaral Domingos (PS).

PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

PLANEAMENTO URBANÍSTICO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO NO CONCELHO DE PENICHE:

Passando a assembleia à apreciação do primeiro ponto da ordem de trabalhos, usaram da palavra os senhores:

Presidente da Câmara, António José Correia:

Fez a seguinte intervenção inicial:

«Este ponto da ordem do dia tem como objectivo dar conta do que é o enquadramento legislativo a este nível e fazermos o ponto de situação relativamente aos diversos instrumentos de Ordenamento do Território que se colocam ao Município, de modo a que, depois deste debate, isto possa vir a constituir um momento para a tomada de decisões em sede de Câmara Municipal.

«Quero desde já agradecer a colaboração de toda a equipa do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, que está aqui presente, desde o Director de Departamento Eng.º José Pires, a Arq.ª Etelvina Alves, como Chefe de Divisão, e também as duas urbanistas, Alexandra Tormenta e Ângela Santos. Quero agradecer a vossa presença.

«Tal como o senhor Presidente da Assembleia Municipal aqui referiu, só marcamos esta data para a Assembleia Municipal depois de termos ouvido a disponibilidade da Dr.ª Fernanda Paula Oliveira para estar connosco. Acontece o seguinte: a Dr.ª Fernanda Paula Oliveira é membro da Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira e, por sinal, já depois disto tudo marcadinho, ela tem também hoje a Assembleia Municipal de Santa Maria da Feira, com um tema em que ela tem que lá estar, essa é que é a razão da sua indisponibilidade, que, obviamente nos comunicou.

«De qualquer forma, sem prejuízo de numa situação futura a Dr.ª Fernanda

Paula Oliveira poder estar aqui entre nós, ela seguramente que estará disponível para isso, nós, com a nossa equipa, que é a equipa que coordena e aprecia toda esta temática, vamos fazer aqui esta apresentação. Por isso, se o senhor Presidente concordasse, eu convidava o Eng.º Pires, e quem ele quiser ter ao seu lado para o apoiar, para fazermos esta apresentação.»

Director do DPGU, José Pires:

Fez uma explanação sobre o que é o planeamento e o urbanismo no concelho de Peniche e do seu ponto de situação.

Enunciou as dificuldades internas e externas inerentes ao planeamento e referiu a importância de se rever o Plano Director Municipal.

Deu conhecimento dos planos sectoriais, como a Rede Natura 2000, dos planos especiais, como Plano de Ordenamento da Orla Costeira, o Plano de Ordenamento da Albufeira do Rio de São Domingos e o Plano de Ordenamento da Reserva Natural das Berlengas, e do Plano de Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo, que é um plano regional, que têm eficácia no concelho de Peniche.

Fez o ponto de situação da elaboração de cada um dos planos de urbanização em execução.

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Fez a seguinte intervenção:

«Quero agradecer ao Eng.º Pires, porque eu percebo que nestas coisas é preciso explicar alguns conceitos, que até eu, por exemplo, desconheço. Para algumas pessoas, que estão familiarizados com esta temática, naturalmente que há aqui muita informação acessória, mas penso que para a generalidade dos senhores deputados esta informação é importante.»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Fez a seguinte intervenção:

«Eu penso que o que foi aqui apresentado pelo Departamento revela bem aquilo que é o grau de complexidade com que nós estamos neste momento, nesta matéria. De qualquer forma, apesar desta floresta de oportunidades, mas também de grandes problemas, eu creio que é importante que nós possamos definir quais são as nossas orientações. Só para se ter uma ideia, para nós descomplexizarmos isto e podermos, apesar de tudo, ter algum tino e alguma orientação para fazermos alguma coisa, há respostas que nós temos neste momento e desde já enunciar:

«1. A questão que eu tenho falado aqui de forma sistemática é que Peniche tem sido o município que, junto da Oeste CIM, mais tem colaborado para que, apesar de tudo, esta pressão sobre a *Oeste Global* e sobre a entidade que fiscaliza, que é concorrente da *Oeste Global*, se encontre uma solução de modo a tentar fechar esta cartografia que é determinante para os planos de urbanização. Não vamos abrir ao nível dos planos de urbanização mais nenhuma frente. Serão aqueles que estiveram ali enunciados, Ferrel, Serra d'El-Rei, Atouguia da Baleia, São Bernardino, Casais do Júlio e Geraldês, que têm, obviamente, que ter uma concretização.

«De qualquer forma, se viram e se fizeram as contas, tendo em conta o número

de planos que estão em desenvolvimento, e com base nos tais 25 a 30 mil euros por cada plano, para a questão exclusivamente da cartografia, porque o Eng.º Pires não deu conta daquilo que são os compromissos assumidos com cada uma das equipas que está a elaborar e que, obviamente, vai aumentar, ou seja, nós podemos estar aqui a falar duma ordem de valores na casa dos 500 a 600 mil euros. E não há esta verba. Vamos ter que esperar pela cartografia da Oeste CIM e continuar a insistir. Da nossa parte, temos uma equipa que, sistematicamente, apoia o desenvolvimento e a conclusão destes trabalhos e vamos ter que, por isso, quer o Eng.º Nuno Cativo quer a equipa do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, continuar a acompanhar, por forma a que nós possamos ter a cartografia necessária para a conclusão dos planos de urbanização que estão referidos, porque não há condições financeiras para ir de outro lado. Por isso, aquela pergunta que o Eng.º Pires colocava sobre aproveitar a cartografia da Oeste CIM ou adquirir outra, eu não tenho dúvida nenhuma que vai ser a da Oeste CIM, de modo a que ela seja concretizada, porque nós não temos meios financeiros para fazer de outra forma. Quanto à questão dos planos de urbanização, será esta a orientação que nós vamos ter, não podemos ter outra, não é realista nós podermos ter outra.

«2. A outra questão que se coloca tem a ver com a revisão do Plano Director Municipal (PDM). O Eng.º Pires colocou o que são os constrangimentos relativamente à revisão do PDM, e são diversos esses constrangimentos e, tal como falou e tal como nós temos aqui falado, nem sempre compreendidos. Mas eu creio que esta informação técnica é suficientemente clara para nos dar esse benefício da dúvida quanto a isso. Aquilo que nós vamos fazer, relativamente ao PDM, é o seguinte: há matérias que nós poderemos continuar a desenvolver, mas há aqui uma matéria que tem a ver com a questão da Reserva Ecológica Nacional (REN), esta é uma matéria que faz sentido que haja um acelerar. Já tiveram os contributos dos municípios, da Associação Nacional dos Municípios, etc., que possa haver agora uma tomada de decisão, seja aquela que é a proposta que existe neste momento seja uma modificação com contributos. Sem isso tornar-se-á difícil, sob pena de estarmos a desenhar, a fazer um determinado tipo de trabalho que depois vai ter de ser todo ele revisto.

«Relativamente à cartografia, a opção que nós vamos tomar, e essa tem a ver com um acto de gestão e que estamos legitimados enquanto câmara para o poder fazer, portanto, anuncio-vos qual é que é o caminho que em sede de câmara municipal iremos propor: tudo fazer para que a cartografia da Oeste CIM esteja o mais rapidamente disponível.

«Depois existe uma outra frente de decisão, e que tem a ver com o caminho relativamente a esta última questão, que eu acho que vale a pena nós reflectirmos, e é também uma opção, que é saber se apostar em planos de urbanização ou podermos identificar nos territórios aquelas áreas que são mais susceptíveis de poder haver intervenções ao nível de planos de pormenor, mais pequenos, mas que por cada um dos territórios possam viabilizar algum incremento ou oportunidades ao nível de construção, porque sabemos que mesmo apesar da crise ao nível da retracção existem manifestações de interesse para se concretizar. Genericamente, são estes os aspectos que aqui estão considerados.

«Quanto ao PDM é um pouco nesta linha, continuarmos a trabalhar de modo a criarmos condições em paralelo para que quando estes aspectos estiverem resolvidos os

possamos encaminhar.

«Há uma matéria que o Eng.º Pires referiu, e eu creio que não totalmente de forma completa, que tem a ver com a equipa. Quero dizer-vos que, apesar de tudo, durante o nosso tempo, nós incrementámos ao nível dos recursos humanos, eu não consegui perceber bem quando o Eng.º Pires disse que tem duas pessoas, não são duas pessoas, porque desde logo duas pessoas são a Alexandra e a Ângela, urbanistas, mas temos também a Arq.^a Etelvina e temos também o Arq.º David. Não são dois, são quatro, no mínimo. Agora isso não é suficiente, porque tem a ver com as questões da gestão e são pessoas que integraram os quadros há poucos dias, mas não são suficientes para isso. Ou seja, não sendo exactamente como o Eng.º Pires aqui disse, relativamente aos recursos humanos, aquilo que é óbvio é que as equipas que são necessárias, de acordo com aquela estrutura, vamos ter que recorrer a equipas externas para, de alguma maneira, as podermos concretizar. Bom, e dinheiro para equipas externas não há! Por isso, aquilo que nós temos estado a apontar é o seguinte, e já apontámos em vários fóruns, é que o QREN, o Quadro de Referência Estratégica Nacional, e isso é importante, não é só o Município de Peniche que tem vindo a dizer isso, nós temos vindo a dizer isso, é que o Quadro de Referência Estratégica Nacional vai ter que ter de definir opções relativamente a esta matéria, de modo a que no próprio Programa Operacional de Valorização Territorial ou no Quadro dos Programas Operacionais Regionais, esta questão do planeamento e do ordenamento e a elaboração destes instrumentos possam também eles próprios, em critérios a definir, virem a ser co-financiados por essa via.

«Há uma outra matéria que eu creio que vale a pena aqui referir e que tem a ver com uma questão que o Eng.º Pires aqui anunciou, que tem a ver com o Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC). Com esta transição nós demos muitos contributos, o Eng.º Pires e a sua equipa sabem disso, nós demos muitos contributos para a elaboração, que não será uma revisão, mas antes isso que o Eng.º Pires falou que é a elaboração de um novo Plano de Ordenamento da Orla Costeira, que passa a ter uma área de intervenção muito mais alargada. Funde, se quisermos, três planos de ordenamento da orla costeira. Essa é uma matéria que, por certo, o Governo irá também reflectir, se vai concordar ou não com essa metodologia. Vai haver aqui um tempo em que, como são novas equipas com novos partidos, não sei em que medida é que vão adoptar as orientações que já estavam traçadas ou se vão colocar novas orientações. Isto pode também vir a criar aqui alguma entropia ou algum adiamento quanto a isto. Por isso, a complexidade que nós temos, neste momento, é esta toda que nós aqui falámos, nós estamos muito determinados para que as coisas, daquilo que depender dos nossos serviços e da capacidade financeira do Município, possam vir a definir aquilo que no futuro se possa considerar mais adequado. Eu não tenho dúvida nenhuma que em sede de revisão do Plano Director Municipal nós teremos condições para contemplar algumas questões que têm vindo a ser colocadas, e mesmo do ponto de vista estratégico, porque mesmo que a Magna Carta possa ter, mesmo no horizonte temporal de *Peniche 2025* possa haver ali algumas variações, o fundamental dos Planos de Actuação definidos na Magna Carta, eles mantêm-se. Essa é a minha opinião.»

Vítor Mamede (PS):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu gostava de colocar aqui algumas questões. A primeira questão é sobre a revisão do PDM. Parece-me que o PDM, em 2005, fez 10 anos, e que se abriu aí o período de revisão do PDM. Gostava de perguntar porque é que entretanto tivemos este tempo todo e só agora é que há condições para avançar? Vamos ver se é para avançar, parece que não, que há para aí uma série de complicações. Mas penso que passaram aqui alguns anos em que se avançou pouco, relativamente a esta questão.

«Fiquei preocupado relativamente à forma como se está a trabalhar este assunto, porque ouvi o senhor Eng.º Pires, que é chefe do departamento de planeamento, dizer que a Magna Carta era um instrumento extremamente importante para todo este planeamento e depois disse que não sabe se está aprovada. Eu perguntei aqui na bancada do Partido Socialista (eu não é hábito vir cá) se a tinham aprovado, e eles disseram-me que não, que não houve aprovação da Magna Carta. Ora, como é que um documento que se pretende que seja estratégico, para depois se desenvolver o PDM, pode ser levado em conta quando não está aprovado pela Assembleia Municipal? Isto, na minha opinião, revela a forma como se está a trabalhar nesta questão.

«Relativamente aos técnicos, de facto, o senhor Presidente disse que haviam cerca de 4 pessoas a trabalhar, algumas delas e a esmagadora maioria já trabalham neste departamento e com estas preocupações há cerca de 7 ou 8 anos, sensivelmente, e portanto, de qualquer modo, houve há pouco tempo uma revisão do quadro de pessoal e, tanto quanto eu sei, entraram alguns técnicos superiores para a Câmara Municipal. Quando se faz uma revisão do quadro de pessoal e se admitem técnicos superiores devemos ter em conta as prioridades e, na minha opinião, na minha modesta opinião, o planeamento é prioritário num concelho.

«Relativamente à questão mencionada pelo senhor Eng.º Pires, quando falou em empenhamento político, como eu o compreendo! Depois disto que está aqui e da não aprovação da Magna Carta, como eu o compreendo quando fez o pedido de empenhamento político.

«Relativamente à questão que aqui foi focada, que me parece caricata, de haver uma empresa que está a fazer um trabalho e depois é fiscalizada por outra que é concorrente ao mesmo tempo, eu não percebo como é que isto pode acontecer! Tenho dito.»

Cristina Leitão (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Não vou ser tão directa como aqui o meu colega que fez a intervenção anterior, por razões óbvias, sabem que eu gosto de falar sobre estas coisas. Quero, em primeiro lugar, dizer que fico satisfeita por, finalmente, estarmos aqui a debater esta questão. Eu já há mais de um ano que ando a pedir para virmos fazer uma sessão temática sobre o planeamento, porque, realmente, também acho que é estratégico e que é fundamental. O que ouvimos aqui hoje demonstra o conhecimento que nós já devíamos ter sobre algumas destas matérias, há muito tempo, porque andámos aqui a fazer perguntas ao senhor Presidente da Câmara sobre questões, quer do PDM quer outras, e que, na verdade, não foram tão respondidas ou melhor respondidas como foram hoje. Portanto, eu quero dizer que, nesse sentido, acho que foi importante o Eng.º Pires ter feito esta

apresentação e espero que, a partir daqui, se consiga tratar as coisas nesta Assembleia de outra forma e poder ver então que soluções é que temos, dado que temos todos estes constrangimentos, principalmente financeiros.

«Eu quero dizer que na medida em que sou arquitecta e sou estudante no terceiro ciclo de urbanismo, isso são temas que me interessam bastante e tenho algumas sugestões, claro que não sei desta matéria como o Eng.º Pires sabe, porque há sete anos que trabalha nisto, mas tenho sugestões e, às tantas, nem são técnicas, são sugestões do âmbito político. Acho que temos de dar mais atenção a estas matérias, não tanto em termos técnicos, como ele disse, mas mais em termos políticos, temos de fazer escolhas e temos que ter um rumo para trabalhar estas matérias. Portanto, eu quero aqui dizer que gosto de dar as minhas opiniões, pelo menos que as possa dar como deputada municipal. Por isso, também não posso deixar de lamentar o que aconteceu na última Assembleia Municipal, quando estávamos a tratar da questão do PDM, porque eu quero esclarecer que estou aqui com um sentido de responsabilidade, estou disponível nesta Assembleia para dar os contributos, discutir as soluções e levar a bom porto o que for necessário, para termos uma gestão territorial eficiente.

«Dito isto, queria aqui colocar algumas questões. Vou colocar uma primeira questão ao senhor Presidente da Câmara, porque o Eng.º Pires disse, a certa altura, no discurso, que é importante que as equipas que trabalham nestes planos conheçam o território. As equipas que trabalham, normalmente são equipas externas, não estão cá, têm sempre muita dificuldade em conhecer o território, ou porque os termos de referência são vagos, ou porque não vêm visitar o território com a devida frequência ou com o rigor que deviam fazê-lo para trabalhar estas matérias, por isso, eu sou muito a favor que a Câmara promova esta gestão, mais do que as equipas externas. Eu compreendo que não tenha condições, porque não tem equipa interna para o fazer, mas acho que seria melhor se pudessemos optar por esse caminho.

«Também sei que não podemos fazer tantos planos, mas eu também já disse ao senhor Presidente da Câmara que achava que ele trabalha em muitas frentes e trabalhando em muitas frentes depois perde um bocadinho a possibilidade de realizar algumas. O Eng.º Pires tem a opinião de que nos devíamos centrar nos Planos de Urbanização de Atouguia da Baleia, Ferrel e Serra d'El-Rei. Eu, sinceramente, acho que, em termos urbanos, o que vemos nesses lugares, como estão hoje, servem perfeitamente às necessidades que temos hoje. Existem algumas construções que precisam de ser reabilitadas, nós temos que optar mais pela reabilitação do que pela expansão do território, acho que devemos ir mais por aí. Tanto que ele disse que devíamos pensar de que forma é que podemos reduzir, se calhar fazia sentido reduzir as áreas de expansão. Portanto, trabalhar um bocadinho mais os interiores desses sítios, tentar mais a reabilitação das construções existentes do que propriamente a expansão desses territórios.

«Não posso deixar de fazer aqui uma referência ao Plano de Urbanização do Baleal, foi um tema que não foi muito abordado, eu compreendo porquê, é uma situação complicada. O senhor Presidente, noutras ocasiões, já tinha dito que também o Baleal era prioritário, e eu compreendo que seja prioritário. Para mim é muito prioritário, porque, neste momento, estamos a deixar construir na continuidade da malha urbana, com mais ou menos restrições, mas aquilo está a ficar completamente

desgovernado. Depois, quando quisermos aplicar ali algum plano ou fazermos alguma coisa com alguma coerência vamos ter muita dificuldade, começando já pela rede viária. Acho que devíamos apostar na questão do Baleal, até porque já várias vezes se disse que não queremos que aquilo se transforme numa Quarteira, eu não digo que seja uma Quarteira em termos do volume dos edifícios, porque até nem são muito altos, mas em termos de densidade aquilo começa a ficar muito denso, as proximidades, mesmo até as intervenções que foram feitas, como a ciclovia. Eu já falei aqui sobre isso, eu acho que a ciclovia podia ter sido melhor executada, nem estou a falar em termos do planeamento e no desenho da ciclovia, mas na execução, está um bocadinho perigosa, a estrada e tudo mais. Portanto, é preciso pensar de fundo, pensar aquilo num todo, para que depois as coisas resultem.

«Eu também já perguntei aqui porque é que não há medidas preventivas para a zona do Baleal. Claro que isso é político, é verdade, mas acho que devíamos fazê-lo, porque aquilo é um território que todos conhecemos e todos gostamos muito, portanto acho que devíamos ir por aí se houvesse hipótese de o fazer.

«Em relação à questão do solo urbanizável, que o Eng.º Pires referiu, eu acho que devíamos realmente encolher os perímetros, eu não fazia ideia que isto tinha depois esta situação de ter que ser a Câmara a urbanizar. Nós sabemos que a Câmara tem muita dificuldade nisso, e vai ter cada vez mais dificuldade em fazê-lo, porque há coisas que a Câmara hoje precisa de urbanizar, estamos a falar para a escola de Atouguia e para outras coisas, é preciso urbanizar e não há condições para o fazer. Portanto, temos que reponderar bem esta questão do solo urbanizável, não fazia ideia que isto era assim. Desde já agradeço esta informação.

«Outra questão é se devemos arriscar ou não na revisão do PDM com cartografia ou sem cartografia. Eu acho que era importante que a cartografia viesse sem que tivéssemos que pagar, mas também acho que o planeamento é tão prioritário que, se calhar, valia a pena, em algumas situações, aí contrair um empréstimo, aí eu não ponho de parte que tenhamos que contrair um empréstimo, porque acho que é prioritário. Nós contraímos empréstimos para outras coisas que, às vezes, não são tão prioritárias. Isto é a questão do desenvolvimento, portanto, acho que podíamos ir por aí, ver caso a caso, se calhar não precisávamos da cartografia toda e dos tais 250 mil euros, se calhar precisávamos só de uma parte da cartografia e depois, então, fazer o plano»

Licínio Pereira (CDU):

Fez a seguinte intervenção:

«O problema que eu quero pôr é um problema bem mais simples do que estes que foram postos até agora e prende-se com a urbanização da Zona Industrial do Vale do Grou. Está em concurso e eu acho que é uma obra de grande importância para o concelho e para a freguesia de Atouguia da Baleia, porque pode atrair algum investimento e vem dinamizar o nosso tecido empresarial com infra-estruturas dignas e devidamente estruturadas.»

Carlos Santana (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu ouvir estes esclarecimentos dados pelo senhor Eng.º Pires, por um lado agradeço o esclarecimento e por outro lado fiquei um bocado preocupado com os seus esclarecimentos. Fiquei preocupado porque a Câmara de Peniche parece que funciona deste modo: Não temos cartografia, ela vai ser rejeitada, não fazemos nada; Agora o POOC vai ser alterado, como vêm agora a malha é restrita a 500 metros, como vai ser 500 metros não fazemos nada, porque daqui a 10 anos vai ser alterado e vai para 1.000 metros, também não fazemos nada. E andamos assim este tempo todo.

«O senhor Eng.º Pires, para além de tecnicamente ter falado bem, o que falou concretamente foi que isto é uma questão política. Política do executivo, que anda aqui a pensar em tudo menos numa coisa que é fundamental para o desenvolvimento deste concelho, que é o PDM, que é o que abre portas para um desenvolvimento. Porque quando ele escreve: “é sabido que o concelho de Peniche enfrenta actualmente importantes desafios associados ao profundo impacto que o declínio dos sectores da pesca, da agricultura e da indústria conserveira, sectores tradicionalmente estruturantes da economia local tem vindo a verificar...”, então estamos a dizer que o concelho de Peniche está em declínio e não temos nenhum PDM para resolver isto. E o deputado anterior disse uma coisa fundamental, o Vale do Grou, há anos que andamos aqui a falar do Vale do Grou, uma zona industrial digna de um nome e isso não se faz, porque isto é uma questão política.

«O executivo tem que tomar a posição política mandar fazer, e os técnicos fazem, certamente. Agora não querer fazer algo com medo de que vá ser reprovado, de ficar numa fila enorme na CCDR, porque não vai ser aprovado, porque vão tantos. Mas estão lá esses, esses concelhos estão lá, o nosso é que não, porque não quer ir para a fila para ser rejeitado. Isso é importante ter em consideração! Há anos que andamos aqui a pensar que não faz, mas chegamos à triste conclusão que nada está feito e o que está feito vai-se fazendo, mas já sabemos que vai ser alterado. E isto não pode ser.

«Depois, quando o senhor Presidente e quem vem aqui pela primeira vez até fica convicto que a Câmara não tem dinheiro para nada. Há um mapa 25 mil euros, não temos dinheiro. Mas, há 15 dias, para gasóleo foram aprovados 500 mil euros; hoje, vamos aprovar um empréstimo de 1,2 milhões de euros. Os 25 mil euros, como dizem os estrangeirismos, são *pin uts*. Agora, como é que se explica que para o desenvolvimento de Peniche não temos 25 mil euros para fazer um plano? Quando para outras coisas, como gastar em gasóleo, sabe Deus como, estamos a aprovar 500 mil euros e já a projectar para o ano de 2012 uma parte do orçamento, que vai ser consumido este ano, garantidamente.

«É isto que queremos, é desenvolvimento neste concelho, não é estagnação. E, uma vez por todas, que se ouça os técnicos, mas que se tome uma decisão. O desenvolvimento de Peniche é importante, porque isto é muito triste estar a ouvir estes textos assim escritos. Porquê? Porque é para o subsídio, então se o subsídio é ganho se a gente tiver na miséria escrevemos que estamos na miséria, se o subsídio pode ser contemplado quando estamos bem já não conseguimos dizer isso, pois não, está na página que os senhores nos enviaram. Li e citei sobre a informação que é para o ponto que vem a seguir, do *Prohabita*, está lá escrito, não sou eu que estou a inventar.

«Para terminar, senhor Presidente, apelo ao seu bom senso e, de uma vez por todas, peguemos nos planos com cabeça, tronco e membros, que isto também é

fundamental. Não é começar por começar, é saber o que é que queremos, para onde é que queremos ir e qual é o destino que queremos, aí sim, deve-se pensar politicamente. Não há mal nenhum em enfrentar se vai para trás. Quantos privados metem projectos na Câmara e voltam para trás porque não tem o requisito A, o requisito B, o requisito C. E o privado arranja solução e volta outra vez a dizer: “Já arranjei o requisito A”. A Câmara tem de fazer o mesmo, porque o que tem interesse é o desenvolvimento deste concelho e isso não está a acontecer aqui. E o senhor Presidente, quando estava na oposição, tinha quase um discurso parecido a este. E a Magna Carta também, estava eu a dizer aqui aos meus colegas, e o deputado também falou, que eu saiba não foi aprovada, o nome é pomposo: Magna Carta! Mas depois também nada é aprovado. São só empréstimos para gastar, e isso é que era fundamental! Era a tal Magna Carta, a estratégia deste executivo para o concelho. Que fosse aprovada! Que viesse cá e não trazer os técnicos que depois vêm dizer a verdade, que é: Nada está feito.»

Tiago Gonçalves (PS):

Fez a seguinte intervenção:

«Penso que há aqui que colocar logo uma primeira questão, é que isto é um assunto extremamente importante para o desenvolvimento futuro do concelho, em boa hora foi agendado para a Assembleia Municipal, e este grupo felicita os promotores dessa iniciativa que foram da bancada do PSD, e que acolheu a vontade da Câmara Municipal em secundar essa proposta e também da Mesa da Assembleia Municipal e, portanto, é essa felicitação que parece que é importante referir em primeiro lugar.

«Em segundo lugar, também é importante referir que, para uma primeira vez em que se discute este tema, o nosso público tem uma densidade populacional assim um bocadinho mais elevada que o que costuma ter e, portanto, isto também é de saudar, é porque o assunto também interessou as pessoas que estão aqui hoje.

«Daquilo que ouvimos, estão em curso diversos planos, há já vários anos, o Plano Pormenor da Zona Central da Cidade, o Plano de Urbanização do Baleal, de Atouguia da Baleia, de Ferrel, Serra d’El-Rei, de Geraldês, de Casais do Júlio e de São Bernardino.

«Também, recentemente, se iniciaram os planos das Unidades Operativas de Planeamento e Gestão (UOPG), na sequência do POOC, no entanto, face à importância do tema, nós não queremos deixar de lamentar aqui, também, que não tenha sido distribuído previamente aos grupos parlamentares uma informação sobre o ponto da situação em que se encontravam esses planos, para que servisse de suporte a esta discussão. Aliás, o vereador Carlos Amaral, a 11 de Janeiro, solicitou essa informação escrita sobre cada um dos planos, informação que, até ao momento, já passaram quase 7 meses, ainda não foi disponibilizada. Se tal tivesse acontecido, eu acho que, pelo menos da nossa parte, ainda que por meio indirecto da fonte desse documento, esse documento permitir-nos-ia, previamente, a preparação desta reunião, de uma forma um pouco mais responsável, para colocar outras questões.

«Mesmo assim, saudamos os esclarecimentos dos técnicos, com o método que hoje aqui se desenvolveu. Nós conseguimos ouvir e tomar notas. Logicamente, nenhum de nós fica em condições de hoje aqui poder avançar muito mais nas suas opiniões e a partir daqui iniciamos o nosso estudo, a nossa análise e consultas de outras opiniões e

de outros técnicos, para que, de facto, criemos uma opinião clara e sustentável.»

«Mas, passaram-se mais de 15 anos sobre a publicação do Plano Director Municipal, no Diário da República. Aquando da sua elaboração, previa-se um período de 10 anos, no fim do qual se teria que elaborar a revisão. É certo que a legislação, entretanto, se alterou, e o princípio passou a ser o da revisão mínima, mantendo-se os Planos Directores Municipais para além do período então estipulado. Por razões que são conhecidas da Assembleia, correcções, acertos e alterações ao PDM, comprovam a necessidade da sua urgente revisão. É uma situação que não é nova, dado que o processo de revisão já foi anteriormente aberto e sem que tenha havido um avanço significativo, temos que reconhecer. Neste sentido, manifestamos o nosso entendimento da revisão urgente do PDM, estamos disponíveis para colaborar naquilo que for entendido como necessário no âmbito das competências da Assembleia Municipal e da discussão que o mesmo suscitará na sociedade local.

«Registamos a terminologia de que o planeamento é, e cito, "muito, muito político", e por o ser não podemos deixar de aqui também registar a questão do "passa a batata quente" da cartografia, que é também uma opção política. Quando se tomam opções políticas temos duas coisas para onde olhar, para os custos financeiros e para os custos para as populações e para o concelho. E da resposta que nós ouvimos aqui hoje sobre a posição do Presidente da Câmara, sobre a questão da cartografia, assinalamos, inegavelmente, que a questão financeira pesou mais e que os custos para o dia-a-dia das populações do concelho e dos investidores, isto é, para o desenvolvimento da nossa terra está em causa.

«Aqui, com a revisão do PDM, é que se irão colocar os caminhos e as opções de desenvolvimento para o futuro do concelho. É por aí que se resolvem anseios e que se eliminam visões, por exemplo, como esta que eu vos vou citar, de uma mulher respondendo a um estudo de avaliação da atractividade dos destinos turísticos de Portugal continental, para o mercado interno. Questionada acerca da percepção de excesso de construção e desordenamento urbanístico associado à região Oeste, penaliza fortemente a avaliação no contexto global do estudo, essa avaliação está penalizada muito fortemente relativo à variável *Paisagem Urbana*. Um dos depoimentos que é dado é de uma mulher, que diz o seguinte: "Peniche, volta e meia vamos lá, tipo almoçar e voltamos. Mas também, sempre que vamos lá, pensamos: O que é que eles - uns amigos que têm lá casa - vão lá fazer? Isso não tem graça nenhuma, casas todas iguais, nem o sítio é muito engraçado e a construção não tem nada de característico. Não tenho nenhuma vontade de ir aí."

E são estes estados de alma que nós queremos terminar, haja para isso vontade política de quem preside aos destinos da Câmara. No passado, o actual Presidente, na pele de candidato a Presidente, fez várias declarações sobre o assunto, já as recordei aqui numa sessão da Assembleia Municipal. Já todos vimos, também, que se enganou nos termos, nas exigências e nas intervenções críticas que fez. As palavras valem mais que os actos e nós esperamos é mesmo actos.»

Anna Rodrigues (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«A minha intervenção de hoje é sobre o Baleal, e eu queria focar aqui alguns

pontos que considero nevrálgicos no desenvolvimento do Baleal e, depois, se possível, ter alguns esclarecimentos.

«O estacionamento é complexo dentro da ilha, os condutores, normalmente, não respeitam os peões, estacionando as suas viaturas em todos os possíveis locais que encontram, garantindo, assim, que deixam o seu carro muito próximo do local onde estarão na praia ou num momento de lazer num café ou numa esplanada. Este estacionamento atroz e de uma forma desorganizada origina, em algumas artérias, a impossibilidade de outras viaturas circularem, tendo que se submeter a manobras perigosas. O desrespeito é ainda maior quando as viaturas não permitem a circulação dos peões à praia ou a outros locais de lazer, uma vez que o espaço que dista cada viatura não permite a passagem de nenhuma cadeira de rodas ou de um carrinho de bebé.

«Recordo inúmeras campanhas que têm existido ao longo dos anos na tentativa de solucionar estes problemas, tendo a última acontecido há cerca de 2 anos, quando o Município disponibilizava um funcionário que garantia que durante um determinado horário, os veículos estavam impossibilitados de passar na via denominada por Raúl Brandão, a principal, e que ao longo desse mesmo Verão foi diminuindo e deixou de acontecer.

«Apelamos a um País com acessibilidades para todos, em que todos somos iguais, infelizmente, nada tem sido feito para garantir esta máxima que tanto temos defendido “O Baleal é de todos e para todos”, e só colocar sinalética não é, na minha modesta opinião, de todo o suficiente.

«Existe uma rampa, entre o café *Calipso* e o café *Central*, esta é uma artéria que é pisada por uma grande percentagem de pessoas que se deslocam à praia do lado norte do Baleal, mas, infelizmente, encontra-se em mau estado de conservação, uma vez que com as condições climatéricas e as viaturas que circulam na mesma provocaram o polimento das pedras da calçada. Situação perigosa e que tem vindo a gerar diversas quedas, que até ao momento ainda não tiveram consequências graves, mas que poderão tomar proporções mais extremas, tais como lesões dos membros inferiores. Saliento que esta artéria tem tido um sinal em que proíbe a circulação de viaturas, esta também é uma artéria completamente fustigada pelo estacionamento, chegando a estar neste espaço estacionadas seis viaturas, não permitindo a acessibilidade a pessoas com deficiências físicas ou a bebés.

«Relativamente à saída do parque de estacionamento, cedido aos Bombeiros Voluntários de Peniche, para a estrada principal, recordo que estive na direcção da Associação Comercial Industrial e de Serviços do Concelho de Peniche, durante seis anos, já não estou há cerca de quatro e, quando estive, cumpri dois mandatos nos quais integrei a Comissão Municipal de Trânsito. Já durante esse período tinha sido aprovado em sessão de Câmara e debatido na referida comissão a abertura de uma saída do referido parque directamente para a estrada principal, que liga o Baleal a Peniche, como forma de descongestionar o trânsito ao fim do dia, uma vez que todo o trânsito da ilha e do estacionamento do redondo conflui no mesmo ponto. Ano após ano, dou comigo a pensar que esta situação será melhorada com a realização das obras referidas, mas, infelizmente, o mesmo ainda não aconteceu.

«Recordo-me também que esta obra originava uma outra, não só para que os

carros ao saírem do parque e que se fizessem deslocar no sentido da Serra d'El-Rei não tivessem que se deslocar até Peniche, uma vez que não seria permitido sair do parque e inverter o sentido de marcha, mas também para descongestionar o trânsito que também se aglomera em frente à *Tupatur* (sei que este não é o nome correcto mas é o mais conhecido por todos) devido à existência da passadeira para peões e com o cruzamento para Ferrel.

«Penso, também, que originava a construção de uma passagem elevada em frente à *Tupatur*, uma vez que passam muitos veraneantes na mesma. Ainda não temos semáforos no Baleal, não sei em que ponto está a situação, confesso que gostaria de ser esclarecida, uma vez que, por exemplo, no fim-de-semana passado, fomos visitados por inúmeras pessoas e o trânsito em determinadas alturas foi caótico.

«Ainda temos uma quantidade reduzida de caixotes do lixo na praia, confesso que este fim de semana só circulei pela praia do lado norte, mas as pessoas queixavam-se da falta de caixotes do lixo na mesma praia, essencialmente em toda a zona envolvente da baía em frente aos cafés, além de que o lixo que estava nos poucos caixotes disponíveis na quinta-feira, feriado, dia 23, ainda estava no domingo, dia 26. Penso que não é possível que durante quatro dias não tenha havido recolha do lixo na praia do Baleal e, por mero acaso, caso tenha existido, com certeza não se deslocaram a todos os locais. Falamos num fim de semana alargado em que todos estávamos conscientes que seria uma praia muito procurada, uma vez que era visto por muitos como um fim-de-semana de mini férias e, em simultâneo, Peniche foi palco de mais uma edição da *Corrida das Fogueiras*, em que Peniche recebeu milhares de pessoas.

Relativamente às caravanas estacionadas no Baleal, tanto a zona envolvente da ilha como os parques de estacionamento sites no redondo, são invadidos de caravanas, que estacionam durante um longo período de tempo, com intuito de fazer caravanismo. Como é óbvio, nada temos contra as pessoas que utilizam este meio de transporte para nos visitar, mas com o escasso estacionamento que existe, penso que estes visitantes deveriam ter um parque próprio que não deveria ser nenhum dos referidos, por vezes de uma forma abusiva não proporcionando fonte de riqueza para este espaço. Logo, sugiro que sejam colocadas barreiras de acesso, tais como foram no parque municipal de Peniche. Penso que o parque de terra batida que o Município disponibilizou do lado oposto ao que costuma ser cedido aos Bombeiros Voluntários poderia ser uma alternativa.

«Já há alguns anos que a extensão da praia do lado norte não tem vigilância, situação que eu considero vergonhosa e que não dignifica, de todo, a praia. Este lado da praia é procurado por muitos habitantes e visitantes e, por conseguinte, o mar é muito frequentado e, por vezes, perigoso e traiçoeiro. Todos os anos me pergunto de quem será a responsabilidade ética e moral se acontecer algum acidente no mar e as pessoas sofrerem danos irreparáveis, por falta de assistência. Também sei que a responsabilidade não é do Município, mas penso que, no mínimo, temos a responsabilidade de pressionar para que esta situação se altere. Será que não há posto de praia naquela zona? Será que os utilizadores das esplanadas sitas nas praias não têm qualquer responsabilidade neste assunto? Segundo me foi informado, existem outros espaços comerciais interessados, mas por não estarem localizados próximos da praia lhes foi vedada essa possibilidade.

«Existem alguns sinais de trânsito dentro da ilha que foram cenários para desenhos e pinturas, situação reveladora da falta de ética das pessoas que o fizeram. Mas será que o mesmo aconteceu porque os sinais existem mas ao longo de anos têm sido desrespeitados pelos condutores, originando a alusão de que os mesmos não têm grande significado? Infelizmente, raramente se encontra qualquer autoridade dentro da ilha que imponha respeito ou que seja vigilante.

«Orgulho-me o facto de estar gravado numa rocha uma frase memorável de Raúl Brandão que refere que o Baleal é a mais linda praia da terra portuguesa, mas penso que desta forma não dignificamos esta memorável frase e que acabamos por matar esta pérola do oceano, numa altura em que defendemos que necessitamos do turismo e defendemos um turismo de qualidade. E, para terminar, penso que algumas das obras que citei foram aprovadas em sessão de Câmara, no Plano de Pormenor do Baleal e Ferrel, e que, se não me engano, se denominou por Plano de Pormenor Nove, há cerca de 3 ou 4 anos.»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Fez a seguinte intervenção:

«Eu vou começar já por esta última e dizer que, às vezes, há erros de *casting*. É assim, nós estávamos aqui a discutir a questão do planeamento, com muito respeito pelas questões que a Ana colocou e as questões que aqui foram colocadas nessa matéria, que eu posso responder, uma a uma, que não o vou fazer, neste momento, porque, ao fim e ao cabo, aquilo que nos trouxe aqui foram as questões do planeamento do ordenamento do território, e não estas questões.

«Mas sempre posso dizer o seguinte: A Câmara Municipal, e esta equipa, começou por atribuir muita importância à ilha do Baleal. Esta Câmara foi muito desrespeitada pelas pessoas da própria ilha, sejam moradores fossem o que fossem, relativamente a estas questões de vandalismo, relativamente a sinalética, vandalismo e agressões relativamente às pessoas que nós colocámos, eu creio que o senhor Presidente recorda-se bem, e tivemos que tomar uma opção, foi uma opção que tomámos, não estava a ser merecedor daquilo que era a canalização de meios que, até em conjunto com a Junta de Freguesia, estávamos a fazer. Quanto aos outros aspectos eu terei muito gosto em responder, mas não vou utilizar o meu tempo neste momento quanto a isso, porque há matérias que demorariam, uma a uma, algum tempo. E, de facto, tenho aqui outras questões que têm a ver com a ordem de trabalhos e concretamente com este ponto.

«Este documento que foi elaborado pelos serviços vai ser disponibilizado no *site* com as informações adicionais que lhe devam ser colocadas, para ser quase como, se quisermos, um documento em construção. Nós vamos colocar isto tudo de modo a que, sobre cada ponto, nós possamos ir pondo contributos sucessivos.

«Vale a pena dizer que, se viram na apresentação quais é que foram as alterações que foram efectuadas no Plano Director Municipal, há uma que foi feita antes do nosso mandato, o resto foi tudo feito durante os nossos mandatos, e as questões que se colocavam já se colocavam há muitos anos e foram impeditivas de desenvolvimento económico, e fomos nós que o desbloqueámos, obviamente com a colaboração dos outros membros da Câmara, e também com a anuência da Assembleia Municipal. Essas

modificações ou essas alterações foram determinantes para investimentos que foram efectuados.

«Quanto à questão do elemento precedente e à condição necessária que tem a ver com a elaboração do Plano Estratégico, enfim, convém lembrar, também, quando são invocadas as intervenções que o actual Presidente de Câmara teve anteriormente, também na perspectiva da revisão, ia colocando relativamente à revisão do Plano Estratégico. Por isso mesmo, uma das questões que nós definimos ao nível do nosso mandato, no mandato passado, foi nós fazermos a elaboração desse documento e que foi aprovado em reunião de câmara, de 15 de Janeiro de 2009, um documento que é condição necessária para todos os outros procedimentos. E mais, não foi um documento elaborado só pela vertente política, teve uma participação pública bastante interessante e que, por isso mesmo, fica depois em reunião de Câmara, foi adoptado e, enfim, poderia ter sido elaborado antes, para então se ter iniciado em 2005, a revisão do próprio PDM. Por isso, devolvo esta questão a quem aqui a colocou.

«Tentando ir a algumas questões que aqui se colocam, o planeamento nunca parou, esta não aceito, relativamente às questões do planeamento. Se houve aqui alguma informação insuficiente, hoje, relativamente aos planos de ordenamento, relativamente àquilo que tem a ver com o POOC e, concretamente, sobre a questão das unidades operativas de planeamento e gestão, aquilo que vos posso dizer é que, se houve essa informação como ela foi em determinada altura acelerada, eu vou pedir ao senhor Eng.º Pires que, sobre isso, dê conta das orientações políticas que foram traçadas. E portanto, podem pensar tudo, podem insinuar tudo, mas que aquilo que é feito do ponto de vista técnico obedece a orientações do ponto de vista político. Podem interpretar as palavras do Eng.º Pires como quiserem, agora quando foi definido que relativamente às unidades operativas de planeamento e gestão, no âmbito do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, elas foram definidas para várias UOPG, e uma das condições fundamentais que foi encontrada no nosso caminho foi a questão das avaliações ambientais estratégicas. Gostava que o Eng.º Pires pudesse dar conta do ponto de situação dessas avaliações ambientais estratégicas e de quanto é que a Câmara investiu nisso. Porque o problema que existe é que o Governo, a Administração Central, é muito lesta a definir aquilo que se tem que fazer, empurrando para os Municípios o ónus da sua elaboração.

«Chamo aqui a atenção porque é importante que ninguém se demita ou que se afaste daquilo que é responsabilidade dos partidos que estiveram na governação e que, nesta matéria, não criaram condições para que se pudesse desenvolver um verdadeiro planeamento. Eu creio que todos se lembram de um programa, que foi chamado de Finisterra, se quiserem, quem tem internet faça uma pesquisa e vá ver as expectativas que foram criadas com esse programa Finisterra e vejam lá quem é que eram os políticos que estavam na altura, para verem as expectativas que foram criadas, não só ao nível dos objectivos, mas também ao nível dos meios financeiros para se concretizar esse programa Finisterra. Deu em zero! Porque era entendido, na altura, como importante as questões do litoral. Aliás, o litoral tem sido muito apetitoso para declarações políticas e enunciação de objectivos, e quando se trata em termos de afectação dos meios financeiros para isso, eles não são acompanhados. E, por isso, peço também que reflectam nesse sentido, reflectam no sentido de não apontar para o

Município, porque ao apontarem para o Município estão a apontar para cada uma das forças políticas que, também antes de nós, tiveram nessa área e que deixaram, se calhar, algum caos. Basta ver a nossa Avenida do Mar! Querem que chegue mais? Nós podemos fazer um levantamento sobre o caos urbanístico e aquilo que foram os atentados urbanísticos, e vou querer que os serviços nos possam informar como é que determinadas decisões foram tomadas e por quem em cada momento, e que são o tal “Peniche é horrível”, nomeadamente na Avenida do Mar, sabem do que é que me estou a referir. Por isso, vou um dia trazer aqui quem votou favoravelmente, quem votou contra, no sentido de, por exemplo, deixar ali aquela aberração construída e outras aberrações. Peço meças, e cá estaremos no final do mandato para fazer a avaliação, porque hoje há aqui uma avaliação política e esta é a sede, obviamente, da avaliação política, daquilo que é o exercício e as decisões que são tomadas. Não tenho dúvida nenhuma que no final deste mandato, e em comparação com aquilo que foi a prática urbanística de ordenamento do território anteriormente, que sofremos muita evolução durante esses mandatos, não tenho, não vou ter dúvida nenhuma.

«Relativamente à urbanização do Vale do Grou, Carlos, é assim: Já está, desde o princípio, desde a altura em que foi feito o PDM, e está neste momento a concurso, e isso é importante e só para dizer que em termos do valor, para fugir um pouco aquela, peço desculpa, crítica fácil de dizer: “bom, deixa-me cá ver só...dizer...não fazem nada...é uma questão política, pois é... bom, e fazem-se outras coisas...anda-se a pensar em tudo menos no que é preciso para o concelho de Peniche”. Bom, o PDM já existe desde o ano de 1995, e as duas zonas, entre outras, as duas zonas contempladas são Vale do Grou e Serra d’El-Rei, nós optámos por Atouguia da Baleia, Vale do Grou, e isso vai ter um custo, estão contemplados 160 mil euros para elaborar esse plano de urbanização. Isso é, obviamente, uma orientação política, não é uma orientação técnica. E porque é que há esta orientação política para aquela intervenção em concreto? Como sabem, a Câmara não tem ali terrenos, nem um centímetro quadrado, e sabemos que a inexistência de uma política de solos, que ainda hoje ninguém falou sobre isso, condiciona e de que maneira, qualquer tipo de intervenção. Este valor que estamos a canalizar para o plano de urbanização do Vale do Grou vai ser determinante para deslocalização empresarial e, inclusivamente, para deslocação institucional, ou seja, ao nível dos nossos armazéns que ali estão e, por isso, há uma orientação política.

«Não se procure qualquer tipo de cisão entre a componente política e a componente técnica. Nós gostaríamos de ter uma maior capacidade técnica para termos mais recursos, e vou entrar na questão que a Cristina colocou, a questão das opções pelas equipas. É o seguinte: Quem impôs constrangimentos à admissão de pessoal não foi a Câmara Municipal, temos que dizer isso, não vale a pena omitirmos, e quem vai e quem já anunciou mais constrangimentos à questão de admissão de pessoal, e mais, ao estímulo, ou pior ainda, à obrigação de redução, não fomos nós. Por isso, não se pense que nós vamos ter condições a esse nível. Mesmo assim, posso dizer-vos que, às vezes, mesmo do ponto de vista técnico, há alguma injustiça na apreciação. Quando elaborámos o nosso quadro de recursos humanos para contratação, nalguns segmentos, nós reduzimos do ponto de vista técnico e nisto, aquilo que nós tínhamos previsto para concretizar, concretizámos. Temos, se se comparar aquilo que era a estrutura de recursos humanos que nós tínhamos quando entrámos, em final de 2005, e a que temos

agora, do ponto de vista técnico, o quadro é completamente diferente. Por isso, peço que, até para depois ser presente à Reunião de Câmara, que se possa fazer uma apreciação relativamente à questão da estrutura técnica que a Câmara Municipal de Peniche tem hoje, o seu estatuto, entre estatuto de precariedade e estatuto de efectivo, e a natureza daquilo que são as qualificações que as pessoas têm. Não tenho obviamente, nenhuma dúvida quanto a isso. Não podemos ir mais longe e não sei se não teremos que fazer algum retrocesso no futuro.

«Não tenho dúvida nenhuma, Carlos, sobre as questões da cartografia. É que é importante que nós tenhamos em conta que a cartografia que a Oeste CIM, antiga Associação de Municípios do Oeste, está a elaborar, está a ser paga pelo Município, por todos os Municípios, nas quotizações que depois se manda para lá. E eu não tenho também dúvida nenhuma, e serei avaliado no futuro por isso, que este é, obviamente, o caminho e que não faz sentido, nem isso vai adiantar muito, tendo em conta os outros constrangimentos que o Eng.º Pires colocou relativamente à cartografia. Eu sei que a Oeste CIM vai concretizar o serviço, mais uns meses menos uns meses, agora não somos nós que listamos. Perguntem, se alguém tiver alguma dúvida, há aqui membros da Assembleia Intermunicipal que podem perguntar no espaço próprio, que é a Assembleia Intermunicipal, qual é que é o envolvimento e a pressão que é colocada, ao nível do Conselho Executivo, e qual é que é o envolvimento técnico que o Município de Peniche tem com a Oeste CIM nesta matéria. Temos informações periódicas, não faltámos a uma reunião a esse nível, somos, sem qualquer margem para dúvida, o Município mais mobilizado para que isto aconteça e, por isso, eu acredito profundamente que é este o caminho para a solução da cartografia.

«Para terminar, sobre a questão do Plano Director Municipal, o Eng.º Pires foi muito claro relativamente ao ponto de situação e à comparabilidade que estabeleceu com os outros Municípios, em matéria de revisão do PDM. Uma coisa é a questão real e outra coisa é a questão virtual, e do ponto de vista substantivo ou real eu não tenho dúvida que o Município de Peniche, comparando com outros Municípios, está mais à frente, tirando o Município de Torres Vedras, que desenvolveu essa revisão há mais tempo, mas não tenho dúvida nenhuma que, em termos substantivos, o Município de Peniche está à frente duma grande parte dos Municípios. Tendo em conta esta informação que aqui está dada, tenho dúvida que, com aquilo que deveria ter sido a obrigação da Administração Central, relativamente às instruções e à metodologia da revisão da REN, se ela já tivesse, já teríamos dado saltos qualitativos significativos, por isso, mais uma vez, e aos partidos de poder, porque eu sei que as pessoas têm contactos com os partidos de poder, é inegável que possam, se assim também o entenderem, ajudar a criar a pressão para que a esta questão da Reserva Ecológica Nacional possa ser dada alguma prioridade, é uma condição necessária para a revisão. Se aqueles constrangimentos que o Eng.º Pires colocou forem ultrapassados, a par do nosso trabalho, nós vamos dar passos muito significativos nesta matéria.»

Director do DPGU, José Pires:

Clarificou algumas situações e prestou os esclarecimentos que lhe haviam sido solicitados.

Sérgio Leandro (CDU):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu gostaria de começar por agradecer ao Eng.º Pires e à sua equipa pela apresentação que fez nesta Assembleia. Porque, de algum modo, falo de mim em particular, deu para perceber um pouco mais dos constrangimentos que estão a ser sentidos ao nível do planeamento, neste caso em particular, nos Municípios. E quando nós falamos na questão de revisão do PDM, da importância que a revisão do PDM tem para o desenvolvimento económico e o porquê de não estar a avançar segundo as expectativas que nós pretendemos, eu julgo que foi claro que não é por falta de vontade política que as coisas não têm avançado como deveriam de avançar. Quando nós falamos nas condicionantes que foram aqui identificadas pelo Eng.º Pires, nomeadamente ao nível da REN, não há directrizes, orientações estratégicas para proceder a alteração, não é algo que compete à Câmara Municipal. Quando falamos na Reserva Agrícola Nacional caímos na mesma situação e podemos falar também na questão da revisão do POOC, que implica ou que impõe os tais 500 metros de reserva que, na prática, também limita, e muito, aquilo que possa ser a revisão do PDM a nível do Município de Peniche. Portanto, quando nós caímos na questão da Cartografia e da existência ou não da cartografia e da compra por parte da Oeste CIM, isso é de alguma maneira reduzir o problema a uma parte, e não ter em consideração tudo aquilo que são os constrangimentos da Administração Central.»

Cristina Leitão (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Só quero levantar duas questões. Uma é em relação às UOPG. Como é que essa situação está a avançar. O PSD apresentou à Câmara, no mandato anterior, um documento com contributos práticos, relativamente aos planos das UOPG. Eu quero perguntar ao senhor Presidente se isso foi tido em conta ou não. Quero também esclarecer que, quando falei na questão das equipas técnicas que podíamos fazer mais com a prata da casa, também estava a pensar nesta questão das UOPG, porque, se calhar, era possível. Provavelmente, não são planos tão complicados de fazer como outros. Até porque foi exactamente depois de ter lido os documentos que vieram para analisarmos em relação às UOPG que eu achei que os técnicos que realizaram aquilo não sabiam o que é que estavam a fazer, de todo. Portanto, aí eu penso que podíamos um bocadinho apostar mais nos técnicos que cá temos. Também podemos apostar nos técnicos quando falamos no Plano de Urbanização da Zona Sul, é um plano que está em vigor mas que não se consegue trabalhar com ele. Como ele existe hoje não é possível trabalhar, eu conheço alguns problemas, porque na verdade não foi bem feito. Reconheço que, agora, não há grande coisa a fazer, mas é preciso ajustá-lo a uma nova realidade. Aí os técnicos têm da Câmara têm um papel importante.»

José Amador (CDU):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu vou ser muito breve também e só tenho aqui uma questão para colocar e para chamar a atenção do senhor Presidente. Esta informação que nos foi transmitida pelo senhor Eng.º Pires, para nós foi preciosa e bem fundamentada e bem esclarecedora.»

Portanto, sobre os planos, penso que todos nós queremos o melhor para o nosso concelho, disso não tem dúvida a nossa bancada. Nós rejeitamos as intervenções do “bota abaixo” e que não trazem nenhum contributo para o nosso concelho.

«Quanto aos planos todos, temos em atenção os avultados dinheiros que é preciso gastar e as autarquias, como toda a gente sabe, estão em tempo de “vacas magras”, porque os constrangimentos, como já aqui foi dito, na verdade são muitos e parece que com o que se anuncia ainda vão ser muito piores. No entanto, e aqui chamava a atenção do senhor Presidente, todos aqueles planos que for possível levar por diante não devemos olhar para trás, para bem do nosso concelho e do seu progresso. Esta é a posição da nossa bancada senhor Presidente.»

Tiago Gonçalves (PS):

Fez a seguinte intervenção:

«Nesta intervenção irei abordar só quatro pontos e tenciono fazê-lo telegraficamente. Eu acho que em relação à resposta que obtivemos, há pouco, sobre a Avenida do Mar, e os comentários que foram feitos, nós já temos os dedos completos das nossas mãos levantados com as vezes com que o senhor Presidente, em vários assuntos, já disse: “Sabem ao que é que eu me estou a referir.” Portanto, chegou a altura de dizer: Deixe-se de insinuações e concretize, porque isto não é forma de estar num debate político, sempre com esse estilo. Não é forma!

«Depois o PDM foi aprovado no mandato do PSD, bem ou mal, foi aquele que foi aprovado. Esse partido não teve, à época, maioria, e foi a CDU que o viabilizou. Foi o mesmo partido pelo qual o senhor Presidente está aí sentado. E aquilo que nós assinalamos é que, pelos vistos, o senhor não se orgulha do passado local do partido pelo qual concorreu. É isso que nós também temos que assinalar.

«Terceiro ponto: Quais é que foram os investimentos que foram beneficiados pelas suas medidas? Está a falar do *Modelo*? É que é o único caso que nos aparece como mais relevante. E mais, aconteceu num espaço a reconverter e porque o *Modelo* veio cá bater à nossa porta.

«Quarto ponto: Nós estamos disponíveis para dar o nosso contributo nestas matérias, mas há uma condição essencial, que é o diálogo e moderação. O seu antecessor também teve entrada de novos técnicos, alguns até estão aqui presentes, a Dr.^a Josselène, o Arq.^o Eduardo Simões, a Eng.^a Florinda, a Dr.^a Ângela Santos, a Dr.^a Alexandra Tormenta, a Eng.^a Filipa, o Eng.^o Nuno Carvalho e muitos outros. Não podemos andar eternamente neste queixume, porque senão, o seu antecessor queixava-se do antecessor e por aí fora e andávamos todos aqui, este tempo todo, a queixar-nos de todos os que estiveram para trás e não resolvemos absolutamente nada, rigorosamente nada. E como eu lhe disse, nós estamos disponíveis para dar o nosso contributo, esta é condição essencial. Também já aqui referi, relativamente às questões do eterno “sacode água do capote” para os partidos do arco governativo, nós, como houve aqui um pedido quase expresso, aceitamo-lo e vamos fazer a nossa parte nesse sentido e daremos notícias a seu tempo. Mas também temos aqui que reconhecer uma coisa, para chegarmos ao ponto de vossa excelência se dirigir a nós para fazermos esse trabalho, também temos que nos questionar: Então e vossa excelência? Quais são os interlocutores?»

Ademar Marques (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«No seguimento do que disse agora o Tiago e da intervenção do senhor Presidente da Câmara sobre os recursos humanos, eu, muito telegraficamente também, quero dizer que é óbvio que são escassos e que há restrições, até porque o país neste momento está a trabalhar para reduzir o número de funcionários públicos e não para o aumentar. É uma questão de fazer a gestão, a boa gestão, dos recursos humanos e de os distribuir pelas áreas que são mais importantes para o concelho.

«O que eu ia pedir, porque é o senhor Presidente que faz a gestão dos recursos humanos da autarquia, também no seguimento do que disse o Tiago, não vale a pena ocupá-los com a avaliação de quem é que tem a culpa, por este sítio ou aquele, nós sabemos que todos os partidos têm culpas no passado, é importante é focá-los na resolução dos problemas do futuro e, portanto, era isso a que apelava, que não olhemos tanto para o passado e mais para o futuro.»

Paulo Balau (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«O planeamento urbanístico não é a minha área e fiquei a perceber mais algumas coisas. Sei a importância que o planeamento tem para o desenvolvimento do nosso concelho e a reconversão do nosso concelho, que era eminentemente piscatório e que cada vez é menos, e isto é importantíssimo para a reconversão do que se quer, que é um turismo que nos traga valor acrescentado.

«Mas, depois disto tudo e da apresentação que me elucidou, chego à conclusão que não valeu de grande coisa estarmos aqui duas ou três horas a debater isto, porque não se pode fazer, porque não temos cartografia. Não se pode fazer porque a lei alterou e afinal vamos fazer, se formos fazer depois afinal aquilo também depois já não dá. Entretanto vai-se alterar os limites. Portanto, não podemos fazer porque entretanto a orla costeira vai aumentar para 500 metros. Daqui a bocado, espero bem que a minha casa ainda fique onde está, porque ela está a menos de 500 metros do mar, se calhar ainda a mandam abaixo.

«Quer dizer, chego à conclusão, no meio disto tudo, que estamos aqui três horas a debater um tema que é muito caro, mas de nada vai valer, porque não vamos fazer nada. Não é? Na prática não vamos fazer nada. O PDM, de 1995, se calhar foi a única coisa de jeito que se fez, por muito mal que fosse feito, de resto não se pode fazer nada. Não se faz porque não se pode, não se faz porque não sei quê, não se faz porque não há dinheiro, não se faz... Estamos aqui a debater para quê? Se não se pode fazer nada. Era esta a pergunta que eu deixava.»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Fez a seguinte intervenção:

«Nós estivemos aqui a fazer uma coisa muito importante, porque estamos aqui a partilhar o que é o conhecimento interno, o que são as dificuldades e o que se está a fazer. Quando nós dizemos que já foram feitas as avaliações ambientais estratégicas, que agora estão a ser apreciadas pela Administração Central, vamos aguardar por essas

respostas para avançar. Portanto, estamos a fazer, e mais uma vez com o investimento que aqui foi referido. Não se pode fazer, e eu disse aqui que estamos a aguardar pela cartografia e eu aposto, reitero, aposto na cartografia que está a ser elaborada por contratação da Oeste CIM. Porquê? Porque há uma grande pressão neste momento para que isso aconteça e eu creio que mesmo que ela não fique totalmente “correctinha”, o IGP não vai ter outra solução do que não vir a validar. Por isso estamos a avançar. Não avança, se calhar, como nós gostaríamos que avançasse.»

«Concordo com a perspectiva do Ademar, no sentido de olhar ao futuro. Mas, porque houve alguém que nos trouxe aqui algumas questões a olhar um pouco para o passado, eu quis também partilhar, digamos, aquilo. Ao fim e ao cabo para que não ficasse imune as pessoas relativamente àquilo que também estavam a dizer. Mas, também quero dizer o seguinte: Que ninguém está aqui a “sacudir a água do capote”. Quando nós falávamos sobre o suscitar dos outros partidos também a sua intervenção, eu não me coloquei de parte, nem tão pouco nós sentimos que possamos estar a ser discriminados, antes pelo contrário, tenho sentido, durante os nossos mandatos, que a nossa postura institucional cooperativa tem sido muito interessante para muitas coisas. Porque este problema não é só um problema do Município de Peniche, atenção este é um problema, como aqui ficou bem evidente por parte do Eng.º Pires, é um problema de todos os Municípios, e daí eu ter feito este apelo, não a pensar no Município de Peniche, mas a pensar nesta situação mais macro.

«Aceito esta questão do José António Amador, mas penso que, de alguma forma, com este caminho que nós manifestámos aqui, vamos e estamos a concretizar alguns dos planos. Já demos prioridade às questões do litoral, penso que ficou aqui um pouco claro, havia o Finisterra, ou não havia, tivemos que nós nos substituir, e prioridade à questão do Plano de Urbanização do Vale do Grou. São prioridades que, com mais ou menos dificuldades, ir-se-ão concretizar. Agora, a grande questão, o grande envolvimento financeiro é preciso e, se nós quisermos e porque vamos continuar a definir prioridades como as que vimos aqui, então vai ter que haver um envolvimento em sede de QREN, entendo eu, para que se possa completar outros planos, mas não só a pensar no Município de Peniche.

«Cristina, relativamente à questão da revisão do PUZS, é uma outra frente. Já temos qualquer coisa no PUZS e sabemos os projectos que tu tens estado a trabalhar e inclusivamente há pouco tempo falámos também sobre um em concreto, mas a nossa prioridade, deste momento, por exemplo, do Plano de Pormenor da Zona Central da Cidade, que o Eng.º Pires não teve tempo para aqui detalhar, mas também já foi feita a avaliação ambiental estratégica. É um plano que até ao final do ano possamos tê-lo aprovado, creio eu. Isso é um salto qualitativo. O Eng.º Pires não falou naquilo que já foi feito quanto ao PUZS e às questões que foram colocadas e à expectativa favorável que foi criada relativamente ao resultado.

«Há uma questão que foi aqui colocada várias vezes e que depois o Sérgio também aqui o colocou, que tem a ver com a questão da revisão do POOC, que era o que o Governo anterior queria, ou seja, integrar os três POOC num só. Se isso vai acontecer ou não, depende. Mas, nós temos acompanhado todas as reuniões que houve necessidade de fazer, ou que foram marcadas, nós estivemos politicamente e com a nossa equipa técnica. E por isso, no dia 10 de Maio de 2011, aprovei um parecer que foi

enviado para a ARH, no contexto da nossa participação nessa revisão do novo Plano de Ordenamento da Orla Costeira e fomos muito claros relativamente à questão do tal ponto 4, que se referia à faixa de protecção dos 500 m, a contar das margens das águas costeiras. E portanto, manifestámo-nos muito preocupados quanto a esta matéria. Por isso, quero que este parecer seja anexo a esta apresentação que hoje aqui fizemos. Por isso, eu solicitava ao Departamento que, além de ser colocado esta apresentação que aqui foi feita, fossem colocados todos os documentos e vocês vão ver, são inúmeros, que o Município elaborou e que fez chegar no devido tempo às entidades. Aí pedimos também meças, relativamente à participação, ao nosso contributo para os instrumentos de ordenamento do território. Por isso, eu gostaria que, relativamente à apresentação, tudo aquilo que foi feito, quer os próprios pareceres jurídicos que, com a Dr.^a Fernanda Paula Oliveira, nós temos elaborado para estas questões do planeamento, façam parte daquilo que é esta apresentação, que pode, através de hiperligação, remeter para isso. Sempre disse que os pareceres jurídicos que o Município tem são pagos por todos e que eles devem ser públicos. Como sabem, o nosso *site* reflecte exactamente isso, ou seja, estão lá.

«Aceito a questão da disponibilidade para o diálogo. Nunca foi numa situação de queixume que eu coloquei a questão. Quando estive a comparar os recursos humanos que existiam no princípio só estava a fazer uma comparação, não estive a fazer uma avaliação, o que é que nós colocámos em cima, ao nível dos recursos humanos, para se mostrar do ponto de vista absoluto aquilo que foi a evolução, e eu acho que foi significativa, não é queixume.»

Cristina Leitão (PSD):

Referiu que o senhor Presidente da Câmara não respondeu à questão que colocou sobre se as considerações que o PSD entregou foram consideradas para as UOPG.

Presidente da Câmara, António José Correia:

Respondendo à senhora Cristina Leitão, fez a seguinte intervenção:

«Para já uma questão de ordem política: Não há nenhuma questão que nos seja colocada que nós a coloquemos no caixote do lixo ou isso e, portanto, isso é fundamental. Todos os contributos que nos são entregues, nós partilhamos, de imediato, com a nossa componente técnica, não há nenhuma gaveta na mesa do Presidente de Câmara, ou seja onde for, como é que depois, do ponto de vista do tratamento... Admito uma questão que tu colocaleste, que foi a forma como as primeiras abordagens foram feitas às UOPG, concretamente aquela UOPG do Baleal, feita pela equipa externa. E, por isso mesmo, corrigimos. Mas, isto é um exemplo, digamos, é uma situação e não é por isso que nós temos que desacreditar de todas as participações. E por isso, isso foi um aspecto que nós próprios reconhecemos e que, depois esses contributos, na medida em que as questões associadas às questões da propriedade possam ser também consideradas, e eu sei que na altura, o Presidente de Junta colocou uma questão naquele contributo. Lembro-me daquele passeio pedonal paralelo à linha de costa, e isso também foi contemplado, por isso todos os contributos são tidos em conta. Se depois eles se revestem de viabilidade, é uma outra questão. Agora é assim,

nunca por nunca nós mandamos nada para o lixo e sabes que essa é uma verdade, aquilo que eu estou a dizer.»

Director do DPGU, José Pires:

Relativamente ao documento com os contributos do PSD, disse que os serviços elaboraram um parecer e foi incorporado o que, em termos técnicos, podia ser incorporado e que era correto.

Informou que o PUZS está a ser revisto pelo Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística, estando o trabalho já bastante adiantado.

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA QUE SEJA DECLARADO O INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL DE UMA UNIDADE AUTÓNOMA DE GÁS:

Passando a assembleia à apreciação do segundo ponto da ordem de trabalhos, usaram da palavra os senhores:

Licínio Pereira (CDU):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu, antes de mais, e em relação a esta questão da unidade autónoma de gás, queria fazer a seguinte declaração de interesses: Não fui mandatado para defender os interesses da empresa fornecedora de gás, nem nunca aceitaria semelhante papel, não tenho, nem nunca tive, qualquer relação com esta empresa, nem como consumidor. Os únicos interesses que eu defendo, e acima de quaisquer outros, são os de Peniche.

«Uma vez esclarecida esta questão, eu gostava de colocar aqui ao senhor deputado Ademar umas questões relativamente ao *e-mail* que ele enviou ao senhor Presidente da Câmara. Alguns pontos desse *e-mail* são dúbios. Em primeiro, não caberá ao DPGU fazer estudos de impacte económico em relação a este ou a quaisquer outros casos que envolvam instalação de empresas no concelho. Foi escrito, também, que não estará devidamente provado o interesse municipal, para, nuns parágrafos à frente, se escrever que não duvidam do interesse municipal desta instalação. Afinal qual é a questão de fundo? Ficámos sem saber. Se este *e-mail* não tivesse sido devidamente identificado faria pensar que o ADN político de quem o emitiu seria bem diferente daquele que é o do PSD.

«São os senhores os ferozes defensores da economia aberta, da livre concorrência, da total liberdade de mercados e da sua auto-regulação. Não será preciso ir ao Canadá buscar um qualquer professor da universidade em economia para perceber o que é evidente. É uma forma de energia mais limpa, prática, cómoda, é 30% mais barata, a partir de hoje é só 27% porque aumentou 3%, é surpreendentemente mais segura que as tradicionais garrafas de gás, as infra-estruturas são certificadas com normas ISO aprovadas pelo Instituto da Qualidade e da Soldadura e as estruturas ficam sujeitas a inspeções periódicas de 5 em 5 anos, acabando com as instalações que são um verdadeiro atentado a pessoas e bens e causam grande preocupação à Protecção Civil Municipal.

«Não é um projecto-piloto e estão provadas as suas vantagens, há muitos anos,

noutros concelhos, mas é natural que vá mexer com o mercado de gás engarrafado. Mas, como diriam os senhores, é a lei do mercado. É evidente que os juristas desta empresa farão prevalecer os direitos legais e, por isso, é uma questão de tempo até essa unidade ser instalada de uma forma ou de outra, assim os interesses comerciais o justifiquem. É estranha a vossa posição, mas em política não há inocentes, há-de haver uma outra explicação justificativa destes anticorpos, em relação à unidade autónoma de gás.»

Ademar Marques (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu fiz questão de enviar o *e-mail* para toda a gente por uma questão de absoluta clareza e, precisamente, porque o que nos foi entregue foi um parecer do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística. Se se pede uma declaração de interesse municipal, o que eu gostava que o senhor Presidente da Câmara fizesse presente à Assembleia Municipal era precisamente aquilo que o senhor deputado acabou de dizer, os interesses. O interesse municipal de instalar no concelho de Peniche uma unidade autónoma de gás não é o que está na informação da DPGU. São questões que têm a ver com a energia, com o ambiente e por aí fora. Era isso que devia ter sido dado e foi isso que eu pedi, tão simplesmente. Eu disse que não precisava de um parecer, se leu bem o *e-mail*, eu não peço que esteja lá um parecer do DPGU, disse que queria um parecer técnico ou declarações do Presidente da Câmara que expliquem qual é que é, precisamente nesse sentido que disse.

«Se tenho de fazer uma declaração de interesses, julgo que não tenho porque é sobejamente conhecido que eu sou accionista e sou da família que é proprietária da *Hortapronta*, mas pode ficar aqui perfeitamente a declaração de interesses feita. Eu acho que seria sobretudo prejudicial para o concelho de Peniche que a unidade autónoma de gás fosse instalada naquele local onde estava pensado pela *Lusitaniagás*. Por isso, vejo de facto interesse público em que não seja aí instalada. Tão simplesmente quero ouvir da boca do Presidente da Câmara o que consubstancia o interesse público. Acho que o meu *e-mail*, não sei se por alguma má vontade, não pessoal mas política, em relação ao PSD, foi mal entendido, não era isso que estava em causa. Quero simplesmente aquilo que me disse, ouvir o que é que é o interesse público municipal neste caso. Acredito que haja e, por isso, é que eu digo que não está lá naquele parecer, mas eu acredito que haja, gostava era de o ouvir.»

Tiago Gonçalves (PS):

Fez a seguinte intervenção:

«Em relação a esta questão, que já foi aqui discutida uma vez e depois foi questionada até numa outra sessão, mas não como um ponto agendado, nós temos a dizer, este grupo, que vamos votar favoravelmente, porque concordamos com os princípios com que esta proposta está adjacente. No entanto, entendemos, em nossa análise, que não está devidamente fundamentado o interesse público. Foi esta questão que já foi aqui levantada, para que nós o possamos declarar, porque a proposta é demasiadamente vaga relativamente ao interesse público, contém algumas interrogações e suposições que, a concretizarem-se, colocam em causa uma decisão

positiva relativamente a esta matéria. A proposta devia ser mais concreta relativamente aos ganhos que o município poderá ter, não falamos do Município enquanto entidade pública, mas município enquanto o todo colectivo da nossa comunidade, que poderá ter com este tipo de utilização de produto, quer quanto às empresas que daí podem beneficiar, quer quanto aos ganhos que isso pode representar para elas e que podem ser reinvestidos do ponto de vista económico no nosso concelho.

«Sobre esta matéria entendemos que não deveria existir nenhuma dúvida, dado estarmos a tratar até de um terreno que se localiza em zona de REN. Em abstracto, é um valor a preservar em termos ambientais, de acordo com o PDM, independentemente das análises técnicas que possam haver, subjectivas e que possam ser efectuadas.

«Por outro lado, a aprovação do estatuto de interesse público municipal pressupõe também a aprovação duma permuta de terrenos. Importa também aqui referir que deve ser entregue a este órgão um estudo de avaliação dos mesmos terrenos, e acho que isso não aconteceu, nós nem sequer sabemos a área de um dos terrenos que será permutado. A informação do DPGU sugere também que a construção do armazém da Freguesia de Atouguia da Baleia, a quem nunca se reconheceu o estatuto nessa sua antiga pretensão, poderá vir a ser concretizado num terreno a ser permutado com a *Lusitaniagás*, sito no Vale do Grou. É importante relembrar, em relação a esta questão, que, na inspecção que foi feita pela IGAL, foram levantadas algumas questões em relação às novas construções nesta área do território. Portanto isto tem que ser devidamente acautelado. E parece-me também essencial, uma vez que é uma informação que suporta a nossa deliberação, e nós quando tomamos deliberações fazemo-lo com fundamentação e com o dever de informação dos técnicos, acho que é importante, pelo menos fazer desaparecer expressões como “supomos” nessas informações, porque elas têm de ser muito claras e muito concretas e não podem restar dúvidas nenhuma nem suposições dessas informações.»

Paulo Balau (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Há umas assembleias atrás, quando se falou em gás, o senhor Presidente acusou-me de confusão mental. Terreno público, terreno privado, não sei quê, não sei quantos. Afinal quem tinha razão era eu! Já era visionário, porque agora andamos num terreno público, depois já não é público, agora já é um terreno privado, já vamos fazer uma permuta de um terreno por outro. Afinal chega-se à conclusão que a confusão mental não é minha. O terreno que estamos a falar agora é um terreno público que vai permutar com um terreno privado. Afinal sempre tinha alguma lógica o que eu dizia há duas assembleias atrás.

«Eu corroboro as intervenções anteriores, quer dizer: À mulher de César não lhe basta ser séria, também tem que parecer. Também temos que mostrar o interesse público para ser declarada, é o mínimo que se pode fazer. Já estou como o Tiago diz: “supomos...supomos...supomos”. Nós não estamos aqui para supor, estamos aqui para votar. Se estamos aqui para votar, temos de estar munidos de tudo, temos que dizer assim: Sim senhor, o gás é mais barato! Vamos lá a ver se irá ser, se não vai ser aumentado de 6% para 23%. Quer dizer, demonstrarmos a nós, que vamos votar, que realmente há benefício em ter o gás natural. Eu não sou contra o gás natural, não tenho

nada na *Lusitaniagás*, nem espero ter nenhuma outra actividade que venda para aí gás e botijas, nem com a menina da bilha. Agora tem que se mostrar que realmente há interesse público, porque não é “por dá cá aquela palha” que se declara interesse público, não se pode declarar interesse público por tudo e por nada. Tem que se demonstrar o porquê, tem que se demonstrar a esta Assembleia que há interesse público e ainda bem que foi o Tiago que falou nisso, para não sermos nós, porque a Junta de Freguesia de Atouguia é da nossa cor, ainda bem que foi ele que falou nisso. Nunca se declarou interesse público para os armazéns que estão assediados pelo senhor António e agora já se declara o interesse público, ou se pretende declarar.»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Fez a seguinte intervenção:

«Eu creio que vale a pena nós vermos aqui o seguinte: 1 – Sobre a questão do interesse público, o que é que faz merecer da nossa parte a declaração do interesse público nesta matéria? Se nós estivéssemos num concelho com um território maior, livre de ónus, os ónus que nós temos do Plano de Ordenamento da Orla Costeira, Rede Natura, etc. e se houvesse terrenos disponíveis para esse efeito, provavelmente, a questão seria mais aligeirada, quanto a isso seria mais fácil. O problema é que nós temos acompanhado este processo, nós temos dois técnicos que, fundamentalmente, estão a acompanhar e dois políticos que têm estado a acompanhar esta matéria. O Eng.º Cativo que é de alguma maneira o responsável pela interlocução com a *Lusitaniagás* e os serviços, neste caso o DPGU, relativamente às múltiplas opções que nós inventariamos.

«O termos chegado aqui a esta situação é o seguinte: Penso que não há dúvida nenhuma e este empenhamento funda-se no seguinte: quando foi a estratégia nacional relativamente à questão do gás natural, é porque se entendeu que era uma estratégia que visava o quê? A diminuição, ao fim e ao cabo, dos factores de produção, dos custos de produção e que esta forma era importante. O trabalho que foi feito, e que nós acompanhámos, por parte da *Lusitaniagás* junto dos empresários aponta, naturalmente, não por ser gás natural, aponta para o interesse, porque, de outra forma, a questão não se concretizava, ou seja, não estamos a propor que é isto só por não haver solução, mas porque existe uma procura evidenciada, relativamente às necessidades e à opção da parte industrial e empresarial quanto a isto. Esta é a fundamentação, ou seja, estamos em crer, estamos convictos, aliás, que face ao elevado interesse de investimento por parte da *Lusitaniagás*, e nós temos acompanhado aquilo que foram as opções, as opiniões e as manifestações de interesse enquanto potenciais clientes por parte das empresas, que temos aqui uma razão para podermos entender isto como de interesse.

«Queria responder aqui a uma questão que tem a ver com o seguinte: Há uma informação técnica que aponta, porque foi falado entre nós, que aponta num determinado caminho, que é a permuta. De facto, não estão definidos os valores de cada um dos bens, uma vez colocados em comparação. Aquilo que está feito foi um caderno de encargos para diversas avaliações, para consultarmos avaliadores oficiais, porque só essas é que têm valor jurídico, e incluímos neste pacote das avaliações os terrenos de Atouguia. Falta só definirmos quem é que vão ser os elementos do júri para concretizar o lançamento desse concurso. Exactamente para quê? Para que nós possamos pôr em comparação quanto vale o nosso terreno, quanto é que vale o terreno que é propriedade

da *Lusitaniagás*, para vermos que condições, que trocas ou com que complementos é que se tem que avançar. Por isso essa preocupação, que é uma preocupação legítima, que pode não se inferir directamente do documento que foi apresentado, pressupõe, obrigatoriamente, estas avaliações e que irão ser feitas.

«Quería também dizer o seguinte: Balau, agora é um terreno público! Porque nós entendemos que este era o caminho, porque senão, com a questão da especulação imobiliária que se tem colocado à volta disto, e a dificuldade dos terrenos, entendemos que esta poderia ser a oportunidade. E eu creio, muito sinceramente, que é este o caminho. Não tenho presente que tenha insinuado qualquer confusão mental, se o fiz peço desculpa, não foi com esse sentido de confusão mental, pode ser de, eventualmente, dúvidas que é uma coisa diferente.»

Carlos Santana (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Senhor Presidente, o motivo do nosso pedido, quer se queira quer não, é concreto e é necessário estar sempre a pedir esclarecimentos, porque toda a informação que nos é trazida não diz nada. São intenções! É engraçado que, muitas das vezes, quando nos querem dizer qualquer coisa de agradável, dizem sempre: “Estão aí pessoas que até são da área, até percebem.”, outras não. Depois, quando vamos ao concreto, que essas pessoas percebem um bocado da área, temos que estar a votar coisas que, à partida, estão frágeis. O interesse público não basta dizer que é interesse público, tem que ser fundamentado. Onde é que está o interesse público? É isso que nós pedimos e cansamo-nos de pedir, quando há votações, pelo menos que nos dêem informação do que é. Porque senão temos que andar constantemente a acreditar nas suas boas intenções, que é: “Fez-se um estudo.”; “Falou-se com empresas e industriais e estão necessitados.” Mas porque é que isso não veio logo? Com tanta firmeza que diz que fez o estudo, falou com os industriais e eles estão necessitados, era logo plasmar toda essa informação e nós aceitaríamos facilmente. Isso é que é o verdadeiro interesse. Mas, do que me lembro, do que se andou a fazer com a *Lusitaniagás* há uns anos atrás, foi esburacar o interior da cidade a pôr a sua instalação. Aí não haviam zonas industriais nenhuma, agora não sei quais são as instalações industriais onde eles vão fornecer, mais uma vez temos que adivinhar, será uma, não sei é qual. Com o declínio que está em todo o sector industrial, que está aqui plasmado também, não sei qual é a que está interessada.

«O senhor Presidente tem sempre a tendência de falar da especulação imobiliária e está a defender uma empresa que só fala em milhões. Mas espere, quando eles forem aplicar o valor do consumo às pessoas, também tenha em atenção a especulação financeira que eles aplicam na venda. Ah! Aí encolhe, não encolhe? Pois encolhe, agora dar terrenos ao desbarato da propriedade privada a certas empresas convém, não é nosso, convém. Isso é que devemos ter um bocado de atenção, não é especulação imobiliária, se calhar é um ajuste de valor. Porque eu também não percebo, como muitas das vezes, na Câmara, se consegue avaliar terrenos da propriedade privada em dois minutos e ainda hoje não se sabe qual é o valor que vamos ter em conta do terreno que vamos permutar. É impressionante isto, porque isto é tudo nosso, é por isso que o Estado está mal. O Estado somos todos nós! . O estado da nação é este,

vende-se, compra-se e não se sabe o que é que se quer comprar e o que se quer vender.

«Lembro-me que a primeira vez que isto veio cá para ser discutido era um privado e que também era de interesse público, mas era para o dia seguinte, porque era de interesse público. Foi aqui dito: “Isto é importantíssimo, tem de ser votado hoje, se não é hoje é amanhã.” Passaram-se meses, e agora encontrámos outra solução. Mas continuamos sem saber qual é o negócio, mas nunca percebo, porque eu, quando vendo aquilo que é meu, sei o que quero vender e por quanto quero vender. E é isso que me custa, custa-me sentir que no que é público não temos a noção, quando se está a decidir, que é o que está a acontecer, estamos a definir uma permuta ou um negócio que vai ser feito, sem se saber quais são os valores.

«Então porque é que isto é de interesse público? E é isso que eu gostava que estivesse escrito e estivesse assumido, porque uma coisa vai ficar aqui clara, o voto que está aqui a ser feito é o único que vai ficar assumido, porque as suas palavras vão levar o vento, a dos técnicos, das posições, vão levar o vento, esta situação é que interessa e essa não é baseada em coisa alguma. São sempre três parágrafos para designar uma coisa de interesse público, quando não sabemos se a população do concelho de Peniche está interessada neste negócio. Isso está dependente disto.

«Mas, quando se fala também das posições, que há interesses, se há interesse, a gente também sabe ler nas entrelinhas o que é que as pessoas querem dizer, mas depois, quando houver mais desemprego em Peniche, vão para a rua, mas essas pessoas quando falam assim, garantidamente, nunca criaram um posto de trabalho, depois nunca estão preocupadas com interesses nenhuns, só com o delas.»

Vítor Mamede (PS):

Fez a seguinte intervenção:

«A minha intervenção era um bocado no sentido daquilo que foi dito anteriormente. Eu acho que este problema se tinha ultrapassado se houvesse, de facto, um documento a fundamentar esta declaração de interesse público, para as pessoas votarem com base nesse documento. Neste momento isso não existe. Há, de facto, pareceres, mas não há um documento que fundamente o interesse público. É só isso que nos parece esquisito. Uma votação sobre, de facto, quase nada.»

Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, António Salvador (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu queria levantar aqui duas ou três questões ao senhor Presidente da Câmara, para ficar também um pouco mais esclarecido e, se calhar, para ficarmos todos um pouco mais esclarecidos. Têm havido algumas reuniões com a empresa para a instalação do gás naquele local? Se já está assumido por parte da empresa que é naquele local que eles pretendem colocar o equipamento de gás? Em termos de acessos, a própria Câmara Municipal já elaborou algum estudo? Como é que se vão realizar os acessos àquele terreno? Porque está ali um grande investimento também em termos de acessos. E esta situação do interesse público para aquele terreno, no caso de não se construir lá o equipamento do gás, se o terreno fica desclassificado e se fica o interesse público para uma nova construção, por exemplo, os armazéns da própria Freguesia?»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Fez a seguinte intervenção:

«Aquilo que nós estamos aqui hoje a tratar, e respondendo às questões do António, começando por esta última, é a declaração de interesse público para aquela finalidade. Não é para mais nenhuma finalidade que não seja esta e, portanto, a deliberação que nós estamos a tomar não é generalista, tem a ver com aquilo que se considera importante, que se concretize aquele investimento. Nós temos feito aqui na Assembleia Municipal declarações de interesse público, por exemplo, lembro-me a propósito da *Coutada*, por exemplo, por causa das questões turísticas, etc., etc.. É uma questão de orientação política, e nós não trouxemos aqui nenhum estudo relativamente à *Coutada*, quais é que eram os impactes ambientais que ele tinha, é uma questão política. O mesmo se passa relativamente à instalação do gás natural. O gás natural é conhecido e, portanto, ou se tem uma opinião de que é importante o gás natural para Peniche ou não se tem. Nós temos a noção que é extremamente importante para Peniche ter o gás natural, face àquilo que é conhecido da parte do interesse dos próprios empresários, e estamos do lado dos empresários para que isto se concretize.

«A outra questão é o seguinte: Aquilo que nós queremos hoje e que eu creio que vamos sair daqui positivamente com esta votação, é a declaração de interesse público para que ali se possa edificar ou concretizar aquele investimento. Não estamos hoje aqui, como já disse, para dizer como é que o negócio vai ser feito, ele vai ser feito com a maior transparência, já agora permitam ler aqui as competências da Assembleia Municipal na alínea i) do n.º 2, do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro: “Autorizar a câmara municipal a adquirir, alienar ou onerar bens imóveis de valor superior a mil vezes o índice 100 das carreiras do regime geral do sistema remuneratório da função pública, fixando as respectivas condições gerais, podendo determinar, nomeadamente, a via da hasta pública, bem como bens ou valores artísticos do município, independentemente do seu valor, sem prejuízo do disposto no n.º 9 do artigo 64.º”. O valor superior a mil vezes o índice 100 é superior a 400 mil euros. Bom, então o que é que nós estamos hoje aqui a aprovar? Ou aquilo que propomos que seja aprovado? É que o terreno seja declarado de interesse público para aquela finalidade. É assim porquê? Porque o negócio só se concretizará quando a própria CCDR emitir um documento a dizer assim: “Sim senhor. Nós entendemos.”

«Estamos a preparar tudo, a questão das avaliações, etc., para fazermos o negócio, o mais transparente possível e no respeito pelas competências da Assembleia Municipal. Há-de haver uma outra fase, há aqui duas fases, que podem até ser desenvolvidas em paralelo, a questão da avaliação dos dois bens, pô-los em comparação e depois verificar quais é que são as condições que se podem vir a colocar, relativamente às questões das acessibilidades. E isso vai ser também uma componente negocial, porque há uma coisa que está claro em sede da Câmara Municipal, por unanimidade, que é o não autorizar, não concordar com a instalação da unidade autónoma de gás naquele local. Temos fundamentado, temos tido um trabalho, eu diria, de grande envolvimento, de contestar, inclusivamente, aquilo que foi a posição que a Agência Portuguesa de Ambiente ali colocou. Nós estamos claramente, e eu acho que isto também devia ser aqui valorizado, porque sabe-se o que é que nós temos feito

quanto a essa matéria, no sentido de deixar tranquila aquela empresa que está ali e que temos estado 100% disponíveis, eu diria 200% disponíveis, para acompanhar as preocupações que foram manifestadas.

«Por isso, quanto às questões da transparência, como é evidente, esta Câmara (e diga-se as câmaras) de Peniche tem sido exemplar relativamente a essas matérias e vamos continuar a ser. E eu digo o Município no seu todo, independentemente de quem tem estado à frente da Câmara. Por isso, dizer também ao António, obviamente que se nós não tivéssemos visto com a empresa aquele local, não o estaríamos aqui a colocar. A empresa o que é que gostava mais? Era fazer naquele sítio porque já estaria tudo aprovado.

«Permitam-me só aqui responder uma coisa ao Carlos Santana. As palavras vão levar o vento. Oh Carlos! É assim, eu creio que as palavras não vão levar o vento, porque elas ficam registadas, as posições vão ser transcritas em ata e isso tudo faz parte daquilo que venha a ser a defesa, seja do que for. E quero transmitir a todos a tranquilidade relativamente a este procedimento: Não vão levar o vento! Porque elas estão aqui, estão a ser gravadas, estão a ser escritas e depois terão oportunidade de, em sede de ata, poder ver se elas correspondem ou não correspondem a isso. Nós estamos aqui de forma pública, com público, com os senhores deputados, com os nossos serviços, a fazer afirmações e que serão transcritas e eu creio que já demos provas, com dificuldade às vezes, que a esse nível não deixamos os nossos créditos por mãos alheias.»

Director do DPGU, José Pires:

Clarificou algumas situações e prestou os esclarecimentos que lhe haviam sido solicitados.

Tiago Gonçalves (PS):

Fez a seguinte intervenção:

«Tenho aqui só duas questões. Em primeiro lugar: A Coutada foi construída e fundamentada no interesse turístico do concelho e de Atouguia da Baleia. Neste caso, falta aqui (e esta é a segunda questão) um papel que com certeza andar­á por aí perdido, é o que nós pressupomos, que se chama fundamentação e que diga uma coisa muito simples, que é: “Potenciais X clientes” (Censos 2011, vão lá buscar um número se faz favor); “Benefício para X clientes domésticos”; “Benefício para X clientes empresariais”; “Benefício porque é um combustível mais barato”.

«Coloquem-se, todos os presentes, na pessoa do Presidente da CCDR. Chega lá um papel destes a dizer: “Olhe, aqueles senhores, lá em Peniche, declararam interesse público dum terreno, querem declarar o interesse público de um terreno”. Então e qual é o interesse público? O que é que está por detrás disso? O que é que aquelas pessoas vão ganhar (aquelas pessoas enquanto comunidade, não estou a falar aqui enquanto uma entidade empresarial, enquanto comunidade) o que é que vão ganhar com isso? É só isso que falta aqui. E acho que com um pouco de humildade se devia reconhecer que isto é uma falha e não andarmos aqui a empatar este tempo todo, porque já percebemos qual é o resultado desta votação, já percebemos que ninguém é contra os princípios gerais da necessidade de permitir aos habitantes deste concelho o acesso a este tipo de

abastecimento. Eu parece-me que aqui há, de facto, manifestamente, uma situação: Falta um papel, que devia cá estar, e se estiver, estará tudo completo.»

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu penso que, de facto, chegamos à conclusão que estas informações podem sempre vir mais completas e tornam mais fáceis as discussões. De alguma maneira subscrevo a ideia de que teria sido mais fácil se a informação estivesse mais completa. Eu penso que a importância do gás natural é inquestionável, aliás, quanto mais não fosse, por aquilo que nos venderam durante muitos anos sobre as virtualidades e vantagens do gás natural. Portanto, penso que qualquer manual sobre a utilização de gases combustíveis nos dirá mais ou menos isso. Agora, é óbvio que me parece que esta informação podia ter também essa componente mais especificada.»

Paulo Balau (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Depois da explicação do senhor Eng.^o Pires a situação ficou esclarecida e todos nós entendemos. É pena, exactamente como disse, que não vi essa informação antecipadamente. Agora, há mais alguma informação que eu também gostava de ver e ouvir da boca do senhor Presidente da Câmara: O assumir desta situação, de que aquele terreno que vai ser permutado será para uma futura utilização dos armazéns da Freguesia de Atouguia da Baleia. Gostava de ouvir essa resposta, se fosse possível, se, conforme foi dito, era “matar dois coelhos duma cajadada só”, era passar a *Lusitaniagás* para trás da ETAR, permutar os terrenos e ficar com aqueles terrenos livres de não estar lá a *Lusitaniagás*, para depois a Junta de Freguesia de Atouguia poder construir os armazéns. Foi isso que eu entendi. Agora gostava de ouvir da boca do senhor Presidente se é essa a sua intenção.»

Presidente da Câmara, António José Correia:

Em resposta ao senhor Paulo Balau, fez a seguinte intervenção:

«Isso faz parte do próprio documento da fundamentação que está aí, que o refere, claramente. Portanto, é um dos pressupostos políticos da pós-concretização. Aliás, tive oportunidade de falar com o senhor Presidente de Junta a transmitir isso, ou seja, isso está assumido politicamente. Gostava que tivessem em conta o seguinte: A partir do momento em que os documentos são aprovados, do ponto de vista político, assumimos a responsabilidade, a nossa quota-parte de responsabilidade daquilo que ali está considerado e esse é um dos pressupostos.»

Submetida a proposta a votação, de braço no ar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, declarar de interesse público municipal a instalação de uma unidade autónoma de gás natural liquefeito numa propriedade rústica, pertença do Município de Peniche, com a área de 17 400m², sita em “Pinhal Costa” e “Ingueiros”, freguesia de Atouguia da Baleia, classificada no PDM como REN, conforme proposta da Câmara Municipal, decidida em sua reunião de 31 de Maio de 2011.

Foi apresentada a seguinte declaração de voto em nome da bancada do PS:

«DECLARAÇÃO DE VOTO

Assunto: Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para que seja declarado o interesse público municipal de uma unidade autónoma de gás

Subscritor: Deputados Tiago Gonçalves (PS), João Gomes (PS), Natália Colaço Rocha (PS), Silvino João (PS) e Vítor Mamede (PS)

Por princípio o Grupo do PS na Assembleia Municipal de Peniche, em discussões anteriores desta temática, manifestou a sua opinião favorável à criação de condições tendo em vista a instalação e distribuição de gás natural no concelho de Peniche, o que se entende pela poupança não só económica mas também ambiental.

Pese embora essa posição de princípio, que mantemos, através do nosso **voto favorável** à proposta de declaração de interesse público municipal, ressalvamos os seguintes aspectos sobre este processo:

1. A proposta apresentada para análise dos deputados municipais não se encontrava devidamente fundamentada sobre o interesse público a ser declarado por esta Assembleia, sendo o seu conteúdo demasiado vago e contendo interrogações ou suposições que concretizam um cenário de incerteza face à decisão sobre esta matéria;

2. Na proposta não se vislumbra uma clara apresentação dos ganhos que o Município poderá ter com a distribuição de gás natural, nomeadamente, o número de potenciais clientes empresariais e domésticos e outros ganhos para as actividades económicas desenvolvidas no território do concelho de Peniche;

3. Acresce que sobre o processo em questão, somos de opinião que não deveria existir qualquer tipo de dúvida quanto à qualificação que é dada aos terrenos em causa, dado tratarmos de um caso situado em zona de Reserva Ecológica Nacional (REN), que em abstracto constitui um valor ambiental e ecológico a preservar, independentemente de análises técnicas subjectivas que possam ser efectuadas;

4. Por outro lado, a aprovação do estatuto de interesse público municipal, neste caso concreto pressupõe a posterior permuta de terrenos, que importa referir, deveria ter sido entregue a este órgão mais informação, nomeadamente, a avaliação dos mesmos e tal não aconteceu;

5. Mais, a informação do Departamento de Planeamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal sugere que a construção do armazém da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, a quem nunca se reconheceu o estatuto de interesse público para a sua antiga pretensão, poderá vir a ser concretizado em terreno a ser permutado com a Lusitânia Gás, no Vale do Grou, todavia, parece-nos importante relembrar, neste contexto, as questões levantadas pela Inspeção Geral das Autarquias Locais (IGAL) relativamente a novas construções nesta área do território concelhio;

6. Por último, relembramos os contornos que presidiram a este procedimento, questionado o senhor Presidente da Câmara após a primeira apreciação deste assunto em Assembleia Municipal e sobre o porquê deste assunto não se encontrar duas sessões depois agendado novamente para voltar a ser discutido, dada a pressa para a sua aprovação manifestada na primeira reunião onde foi presente, respondeu o seguinte:

“Nem tinha que vir, as empresas sabem tratar da vida delas, o problema é que há muita especulação imobiliária, mas mesmo assim a empresa encontrou um terreno e já resolveu o problema de outra maneira”. Pois bem, não foi nem à primeira, nem à segunda, só à terceira que o problema foi resolvido, o que também nos causa preocupação face à capacidade camarária para prestar um “apoio” satisfatório.

Paços do Município de Peniche, 1 de Julho de 2011.

OS DEPUTADOS MUNICIPAIS DO PS»

Sendo uma hora do dia dois de Julho, a Assembleia deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 1 do artigo 31.º do Regimento, não interromper a presente sessão.

APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA CONTRACÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO NO ÂMBITO DO PROGRAMA PROHABITA PARA REABILITAÇÃO DOS BAIROS SOCIAIS: EDIFÍCIO COOSOFI, BAIRRO FERNÃO DE MAGALHÃES E BAIRRO DO VALE VERDE:

Passando a assembleia à apreciação do terceiro ponto da ordem de trabalhos, usaram da palavra os senhores:

Presidente da Câmara, António José Correia:

Fez a seguinte intervenção:

«O Eng.º Pires já saiu mas, obviamente, quero agradecer a disponibilidade demonstrada pela equipa técnica que esteve aqui e os que ainda se mantêm. Vai ser feita uma apresentação que é o resultado daquilo que foram as várias apresentações que em sede da Câmara Municipal também já foram efectuadas. Convidava a senhora Vereadora Clara Abrantes para, com o Dr. Vítor Ramos, dar mais alguns esclarecimentos.»

Vereadora Clara Abrantes:

Fez a seguinte intervenção:

«No fundo, o documento que nós vamos apresentar reflecte o documento que foi, também, enviado para os senhores deputados, para além de toda a avaliação que foi feita do edificado e a respectiva estimativa orçamental. Não quisemos deixar de colocar isto a discussão, ou seja, dar conhecimento daquilo que foi o desenvolvimento e onde é que assenta a política social de habitação. Daí decorreu, depois, a própria candidatura ao *Programa Prohabita*. Portanto, foi assunto que nunca veio a Assembleia Municipal e fizemos questão de fazer este breve enquadramento antes de se passar à votação do empréstimo, foi esse o assunto que nos trouxe aqui.»

Técnico Superior de Sociologia, Vítor Ramos:

Fez uma apresentação do *Programa Prohabita*, recorrendo a meios audiovisuais, dando conhecimento de todos os procedimentos já efectuados.

Vereadora Clara Abrantes:

Fez a seguinte intervenção:

«Eu só gostava aqui de salientar uma questão, dentro daquilo que foi desenvolvido tivemos duas premissas, a necessidade de intervenção do edificado, mas com a noção e com a consciência que era necessário fazer uma intervenção junto destas famílias. Ou seja, não basta fazer uma intervenção no edificado e pormos tudo bonito, lavado e de acordo com as necessidades das pessoas que lá residem, mas sim, intervir com elas, no sentido de as co-responsabilizar, para que este parque não se volte a degradar da forma como está.

«Em 2008, havia algum desconhecimento em relação ao número de pessoas que constituíam os agregados familiares, as próprias condições socioeconómicas. Houve necessidade de analisar tudo isso e foi feito, de facto, este trabalho exaustivo que envolveu, só dos nossos bairros sociais, 356 questionários, que depois foram tratados na Divisão de Acção Social e que daí decorreu todo este levantamento que fez sustentabilidade à própria candidatura do *Programa Prohabita*.»

Paulo Balau (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«Eu começo, como é de praxe, mas não é para fazer jeito, por agradecer a apresentação porque foi esclarecedora. Mas, há aqui uma questão, para mim, de fundo, nesta questão do *Programa Prohabita*. Eu, já aqui há algumas assembleias atrás, não sei há quantas, duas ou três, se calhar, acerca deste assunto, falei, e vou voltar a referir o mesmo, tem a ver com a questão da responsabilização das pessoas. Vai gastar-se dinheiro agora para reabilitar o edifício, mas daqui por uns dias aparece lá um pedido porque que a porta está partida, depois aparece outro que a janela está partida e depois a parede tem um buraco, e não passamos disto. O tempo é de “vacas magras”, como foi dito, e nós não podemos esbanjar dinheiro. Eu não considero esbanjar dinheiro reabilitar os edifícios, atenção, eu considero esbanjar dinheiro é reabilitar edifícios para voltarem ao mesmo estado. E isto prende-se com a responsabilização das pessoas.

«As pessoas por, muito carenciadas que sejam, se querem ter uma habitação de baixo custo ou custo zero, têm de a merecer e têm que a estimar. Não pode haver o abandono que existe agora. E mais, o critério de atribuição, que eu já falei nisso também há duas ou três assembleias atrás, tem que haver critério para se atribuir as casas e tem que haver fiscalização e acompanhamento, como a senhora Vereadora referiu. Tem que haver acompanhamento dessas famílias, conforme o levantamento que foi feito, e acho que foi muito importante, mas deve ser contínuo. Depois da atribuição da habitação deve haver um acompanhamento contínuo. Porquê? Porque, naturalmente, a tendência será as pessoas, não um tendo custo, ou um custo mais elevado, com a habitação, conseguirem libertar recursos para outras coisas e, eventualmente, quando nos casos que falaram não é possível, quem está no desemprego não consegue, infelizmente, ter melhor rendimento, mas quando o passar a ter, ser gradual o aumento de renda, porque a questão social, acho eu, que se prende com isso, ajudar mais quem mais precisa e ir “desajudando” conforme a pessoa vai deixando de necessitar.

«Agora, eu lembro-me que as palavras escritas no Programa Eleitoral do senhor

Presidente e da sua equipa, que era o célebre *De A a Z*, em que o senhor Presidente dizia que deve haver critério para atribuição de casas, sem ser casuístico. Estou a dizer exactamente o que lá estava e é isso mesmo que eu acho que deve ser feito, não deve ser casuístico. Ou seja, não deve ser aparecer lá hoje um indivíduo que diz: “Eu quero uma casa.” E a Câmara vai logo tentar resolver o problema, vamos lá resolver o problema desta pessoa. Não pode ser! Isto tem que ser visto no global, como foi aqui apresentado e acho que bem. Agora, tem é que ser contínuo este trabalho. Não se pode esgotar na intervenção, na minha opinião, senão estamos aqui, daqui a uns anos, infelizmente, a aprovar mais um empréstimo de 1 280 000 euros, para fazer nova intervenção nos mesmos sítios, porque as pessoas, se fossem delas, eu estimo a minha casa, porque senão tenho que a pagar, se a partir não vou pedir à Câmara para ir lá pôr uma porta nem uma janela, se eu partir tenho de pagar. Ou seja, tenho cuidado com aquilo que é meu, porque me vai sair do bolso. Agora, há pessoas, e nós todos conhecemos essa realidade, estão-se borrifando, não lhes sai do bolso. Partiu? É só ir à Câmara, vou lá e eles põem outro. Não, têm que ser responsabilizadas, se insistem continuamente neste tipo de método, têm que ficar com a janela partida, têm que ficar com a porta partida, porque não podem andar constantemente a onerar todos nós, por desrespeito, isto é, acho eu que é um desrespeito. As pessoas têm de ser acompanhadas e responsabilizadas pela utilização que dão à habitação social.»

Tiago Gonçalves (PS):

Fez a seguinte intervenção:

«Em relação a esta questão do *Prohabita*, o empréstimo que estamos aqui a discutir vai até 1 280 000 euros, para uma previsão de investimento de 3 200 000 euros, com um custo médio por fogo de 21 400 euros, para um prazo de 25 anos e por um período de utilização de 30 meses, mas que ainda requer uma verba de auto financiamento de 480 000 euros. E como é que a Câmara vai fazer face ao autofinanciamento? É que, é evidente que a Câmara, no momento, não dispõe de capacidade de endividamento para 1 280 000 euros, e por isso solicita uma excepcionalidade, mas, se a mesma não for autorizada, como é que ela pensa resolver a situação? É que é uma questão que é importante. Pela nossa parte, sempre defendemos a solução da recuperação dos fogos existentes, já fizemos essa discussão até, uma vez, aqui nesta Assembleia, no entanto, gostaríamos de ter acesso às seguintes informações, independentemente de contribuirmos hoje com o nosso voto favorável. E quais são as informações que gostaríamos de ter acesso? Relação das rendas praticadas nos bairros a intervencionar, os valores de rendas em atraso em cada bairro, os acordos efectuados para recuperação das rendas em atraso em cada bairro, fogos com rendas em atraso e que não foi possível concretizar acordos, conhecimento dos projectos de reabilitação previstos e nível de intervenção por bairro.

«Chamamos a atenção que o empréstimo de aquisição do Edifício Coosofi ainda não se encontra totalmente liquidado. Em Janeiro deste ano encontrava-se em dívida 353 mil e poucos euros para um empréstimo inicial de 584 000, que foi contraído a 1 de Junho de 1998, e para um prazo de 25 anos. E aquilo que isto nos chama a atenção é que, neste momento, o edifício já está a necessitar de uma grande intervenção, no entanto, há um empréstimo que ainda não foi pago e, a continuarmos a este ritmo, o que é que isto

significa? Significa que o empréstimo a contrair, neste momento, não estará liquidado e vão ser necessárias novas obras de intervenção nos bairros em causa.

«Por isso é que é importante aqui colocarmos estas questões e dizermos, neste local, porque é sede própria, que é nossa responsabilidade encontrarmos mecanismos e regras que preservem e cuidem do património municipal, porque temos que ser honestos nesta matéria, sob pena de se transformar numa situação de bola de neve, que vai afogar ainda mais o Município, do ponto de vista financeiro, e nós não podemos permitir isso.»

Ademar Marques (PSD):

Fez a seguinte intervenção: safei-me

«Eu vou ser muito rápido, até porque parte do que eu ia dizer o Tiago já disse. Em relação aos valores em dívida, eu julgo que foi presente um número em reunião de Câmara Municipal, não sei se andarão longe dos 500 000 euros. Tenho essa ideia de ter sido presente esse valor, não sei se é verdade ou não, mas, se for assim, ou mesmo que seja ligeiramente abaixo disso, era importante tentar cobrar esse dinheiro, reavê-lo, para financiar a parte de financiamento próprio da Câmara Municipal. Até porque a Câmara Municipal deve prestar um serviço de habitação social na medida das necessidades dos cidadãos e se, do ponto de vista económico, se julga que devem pagar determinada renda, a Câmara Municipal, tem, naturalmente, que a exigir e o que eu apelo é que, face ao valor elevado da totalidade do investimento, por edifício, que é cerca de um milhão de euros por cada um dos bairros sociais, é necessário tentar fazer um uso muito racional deste dinheiro, para que daqui a 10 anos não se tenha que, por um lado, fazer novas intervenções, mas também, para tentar, se calhar, até fazer mais com este mesmo dinheiro, se isso for possível.

«Por outro lado, queria destacar aqui a importância de se implementar um modelo de gestão da habitação social, muito criterioso, isto no seguimento do que disse o Paulo Balau, que impeça novamente que estejamos sempre na mesma situação, em relação aos mesmos edifícios. Uma vez mais queria agradecer a apresentação que foi muito elucidativa.»

Carlos Santana (PSD):

Fez a seguinte intervenção:

«De toda a exposição feita e tendo em conta os rácios que foram aí apresentados nesses gráficos, eu gostaria também de saber se foram analisados *per capita*. Qual a densidade de bairros sociais em Peniche, em comparação com Portugal, ou com os concelhos, e para ver onde é que, se existe essa afluência, porque eu vi aqui nos gráficos, é um gráfico que está aqui, não sei se é por falha ou incapacidade minha de leitura, mas é aqui um que diz mais ou menos os pedidos que foram feitos, que fala do que é em Peniche na cidade e o que é na zona rural. Estão aqui quatro variantes e eles ainda só têm duas. Por acaso é elucidativo, e isso também é uma questão que gostava de perguntar, se analisaram porque é que a concentração toda é feita aqui na cidade, que quando a gente fala duma cidade, deve ser a parte mais evoluída do concelho, é sempre a cidade, e a zona rural é aquela que tem menos habitação social. Saber como é que foi feita essa análise e o porquê.

«E depois, também, não sei se há interesses, fala-se aqui muito dos interesses de algumas pessoas, porque é que em 2006 há uma exponenciação de pedidos, se isto tem a ver com alguma coisa, vou pôr também interrogações. Já não vou dizer o resto, porque há pessoas que vivem um bocado desta situação, quanto mais pobre ficar o concelho melhor estão, melhor gravitam, e isso às vezes tem interesse, agora não sei a quem é que interessam estas situações.

«Agora, é fundamental, uma vez por todas, porque quando se fez estes edifícios eu não estava cá, mas certamente a explicação foi a mesma, a intenção era a mesma. O que é que falhou nisto tudo? Não foi os edifícios serem construídos, foi quem os gere e que permite o que se pratica lá. Pratica-se tudo e prevalece mais a irresponsabilidade do que a responsabilidade e isso, infelizmente, é recorrente aqui. Esta é a verdade crua e nua, porque há muitas pessoas que estão em dificuldades e têm a sua casinha arranjada, eu não consigo compreender quando se diz: “Não sei quantas casas não têm janela.” Mas elas, quando foram construídas, tinham lá as janelas, alguém as tirou de lá. Também não é explicado aqui quanto dinheiro, para além do empréstimo que está por pagar, quanto dinheiro já foi investido nestes edifícios ao longo dos anos. Porque, nos papéis que nos informaram, vem aqui 80 000 num ano, outros valores doutro ano, é constantemente um investimento feito nestes edifícios, e pelos vistos o investimento é um saco roto, investe-se e no fim vamos dizer que aquilo está tudo uma miséria.

«Eu gostava de saber se há algum regulamento para os arrendatários e os senhorios, porque isto aqui, quer se queira quer não, é património camarário, que é público, e deve cingir-se, já não pondo só o regime geral, mas pelo menos que se crie regras, e essas não existem. E o Confúcio, desta vez, ficava mesmo o “Confuso”, mais uma vez estamos a dar o peixe em vez da cana, porque se devia dar era a cana para pescar, mas não, é o contrário, e estamos numa terra de pesca.

«O que se está aqui a passar é que vamos investir, porque agora, mais ou menos de uma hora trás para agora, passou-se das “vacas magras” para as “vacas gordas”, porque há bocado, ali aquela bancada só falava que não se podiam fazer investimentos, que eram as “vacas magras”, agora estamos a falar de milhões. E estes milhões, eu não consigo compreender, mais uma vez, gostava de saber, também, se tem equivalência no desenvolvimento económico do concelho, se há algum projecto, se há algum congresso onde foram, se há algum colóquio onde foram, criaram algum investimento para se fazer em Peniche, no valor de três milhões, feito pela Câmara, para fazer o desenvolvimento em Peniche. Vão ver o comércio, vejam o comércio também. E o comércio está na desgraça e esta intervenção de três milhões não vai gerar riqueza nenhuma no concelho. Riqueza não vai criar porque, certamente, quem vai construir são empreiteiros de fora, que ganham este concurso, por isso não vai criar riqueza nenhuma.

«Eu gostava que este executivo, porque senão continuamos com o parágrafo que a senhora vereadora aqui meteu, e eu continuo a citá-lo: “o declínio dos sectores da pesca, agricultura e indústria conserveira”. Eu pensava, depois de ler isto, que ia dizer vamos investir nestes sectores, vamos criar alguma coisa para estes sectores, mas não, porque isto não vai dar emprego a essas pessoas que estão com dificuldade económica e não vai gerar um único emprego, e é isso que a sociologia tem de ter em conta, não é o individual, é o colectivo, é a interacção dos vários componentes. Aqui estamos a olhar

só para uma situação e as pessoas carenciadas continuam carenciadas na mesma, continuam carenciadas e não há nenhum investimento para isso.»

Presidente da Mesa, Rogério Cação (CDU):

Fez a seguinte intervenção:

«Isto é uma matéria que a mim, pessoalmente, me levanta seríssimas reflexões. Nós não podemos comparar estas questões da criação da riqueza com estas questões que têm a ver com bem-estar social, com a intervenção social. Penso que as coisas são colocadas em planos um bocado diferentes, penso que se deve questionar as oportunidades e os investimentos na criação de riqueza, mas que eles não podem colidir com estas questões que são questões de respostas sociais. Podem-se discutir até ao limite, digamos, se são legítimas ou não, se são oportunas ou não, mas penso que são discutidas em planos diferentes, até porque isso me leva a outras questões, leva-me a um discurso que, se calhar, era mais político, e podemos discuti-lo quando quiserem, é que tem a ver um bocado com as prioridades que às vezes se definem, que sobrepõem tudo aquilo que é uma lógica administrativa ou financeira àquilo que é uma lógica social. Eu, pessoalmente, acho que as coisas devem ser conjugadas e, portanto, faz-me sempre um bocado de impressão quando nós queremos misturar coisas que não são, na minha opinião, misturáveis. Mas, penso que isso é um debate político que podemos fazer noutra altura e com outras condições.»

Vereadora Clara Abrantes:

Fez a seguinte intervenção:

«Antes de mais agradeço todas as intervenções e as reflexões, porque eu acho que esta matéria é uma matéria que necessita, de facto, duma reflexão. Reflexão que nós temos vindo a fazer, há alguns anos, e, dessa forma, tudo isso se tem construído dentro dessa reflexão. Perfeitamente de acordo convosco, quando é referido por vós, que é necessário responsabilização, que é necessário utilizar o bem público da melhor forma e que, nesse sentido, temos que responsabilizar as pessoas que o utilizam. Perfeitamente de acordo.

«Não nos podemos esquecer, de maneira nenhuma, que as pessoas que estão nestas situações de habitação social são pessoas que, para além de terem uma carência habitacional que as levou a integrar a habitação social, tinham também uma grave carência económica. E o que se pretende que efectivamente aconteça é que a questão da habitação social não seja um uso adquirido para o resto da vida. O que se pretende é que, efectivamente, estas pessoas quando entram nesta situação por uma necessidade de habitação, por estes dois motivos, porque é um direito que as pessoas têm, é um direito constitucional, que o adquiram, mas que, depois, com o trabalho desenvolvido e acompanhamento com estas famílias.

«Não nos podemos esquecer que os bairros sociais, em Peniche, se iniciaram em 1953, tendo continuidade em 1962, avançando para 1991, 92 e 97 e, portanto, estas pessoas, o acompanhamento que era efectuado, era efectuado por uma técnica. Porque os reforços, em termos de quadro técnico desta área, consistia numa técnica de serviço social e, como devem concluir, era impossível a alguém fazer este acompanhamento de perto, em que se fizesse uma intervenção sistémica. Em que permitisse fazer uma

intervenção, não só em termos de acompanhamento social, mas um acompanhamento social que integrasse as questões da empregabilidade, integrasse as questões da educação, integrasse as questões da saúde, que é isto mesmo que tem a ver com o desenvolvimento do projecto de gestão de proximidade para a sustentabilidade.

«Portanto, estas questões, e agradeço, de facto, a vossa reflexão, que vem de encontro àquilo que nós estamos também preocupados e estamos a desenvolver e, por esse motivo, o *Projecto GPS* já está no terreno, já está no terreno com frutos, aliás, por aquilo que há pouco o Dr. Vítor acabou de referir, de acordo com os fóruns que se têm vindo a desenvolver, com a co-responsabilização de todas estas pessoas. Agora, também não nos podemos esquecer de outra questão, este edificado é pertença do Município e este tipo de intervenção que nós estamos aqui a falar, não estamos a falar unicamente de intervenção a nível dos fogos, nós estamos a falar de fachadas, de coberturas, que estão muito degradadas, até pelo tipo de construção que nós tivemos. E, portanto, infelizmente, muitas destas questões que estão aqui para ser reabilitadas não tem a ver com o tipo de utilização que as pessoas dão, mas sim pelo tipo de construção que foi utilizada e pela proximidade do próprio mar e pelas próprias envolventes, da forma como elas se encontram. Portanto, todas estas questões, eu penso que vale a pena nós reflectirmos, porque eu estou perfeitamente de acordo convosco quando aqui insistem que isto é um bem público e que nós o devemos utilizar devidamente.

«Outra questão, que tem a ver com a questão das rendas e a forma como nós estamos a monitorizar as rendas. Nós adquirimos um *software* que nos permite exactamente essa monitorização. E porquê? Porque nós tínhamos atrasos de rendas desde 1992 até finais de 2009, princípio de 2010, foi quando nós iniciámos este processo, em que nós tínhamos uma dívida de cerca de 200 000 euros. Neste momento, estão a ser feitos os acordos de regularização de amortização com os nossos inquilinos. Há uma monitorização mensal, se há cumprimento ou não há cumprimento. Se não há cumprimento imediatamente as pessoas são chamadas e é esclarecido porquê, o que nós pretendemos é que as pessoas cumpram. Foi muito simples, passámos a mensagem que este cumprimento também advém do respeito que nós temos de ter pelo controle daquilo que é público e pelo edificado, e foi nesse sentido que fizemos junto das pessoas e explicámos isto mesmo. O que aconteceu é que alguns que estavam em dívida vieram até nós e quiseram fazer esse plano de amortização. Estamos a falar aqui de dívidas, chegamos a ter montantes na ordem dos 500 euros, mas temos montantes na ordem dos 2000, 3000, 4000, 5000 e, portanto, como é fácil de calcular, as pessoas não conseguem fazer face, de uma forma repentina, a este tipo de valores, de devolver aquilo que têm que pagar. Portanto, há todo este trabalho que está a ser efectuado.

«Em relação à questão da forma de atribuição dos fogos, neste momento, está a ser feito um regulamento, que podemos considerá-lo concluído. Tem uma matriz, porque nós, nos 306 pedidos que temos, temos todas as pessoas que estão numa situação de carência habitacional e que são agregados carenciados. Repare-se que agregados carenciados são pessoas que têm um rendimento anual bruto na ordem dos 20 000 euros, é isto que é um agregado carenciado, que é isto que está definido como tal. Vamos aplicar a matriz e vamos ver todas as pessoas, vamos fazer questão de aplicar a matriz antes de passar o regulamento a aprovação para nós verificarmos se aquela matriz, que é uma matriz que viemos beber de vários regulamentos e que já teve aqui

todo o acompanhamento técnico em termos jurídicos, em termos sociais, mas que é necessário verificar esta aplicação desta matriz a todas as pessoas que estão nesta situação, até porque nós temos um conhecimento destes próprios agregados e aferirmos, no fundo, esta matriz. Não quisemos fazer só um pré-teste, entendemos que o devemos fazer a todos e, se assim o entendermos, a seguir avançamos com a votação do regulamento da atribuição de habitação social.»

Vereador Jorge Abrantes:

Fez a seguinte intervenção:

«Eu iria focar algumas das questões associadas com as questões em torno do endividamento e do autofinanciamento que foram aqui colocadas. Naturalmente que uma operação com esta dimensão e com estas características, quer no que diz respeito ao endividamento, quer no que diz respeito ao autofinanciamento, preocuparam e preocupam o Município. Começando por partes, relativamente ao endividamento, como sabem, a Lei do Orçamento do Estado para 2011 define dois limites ao endividamento municipal, o primeiro dos quais diz que o endividamento líquido, em 31 de Dezembro deste ano, não pode ser superior ao endividamento que se verificava no dia 30 de Setembro de 2010, no sentido de tentar impedir que os Municípios... o Orçamento de Estado criou essa regra. Uma segunda regra que o Orçamento de Estado de 2011 criou foi de que os empréstimos a contrair, de médio e longo prazo, não podem ultrapassar o valor de um rateio que foi feito por todos os municípios nacionais, que foi um rateio que foi divulgado agora, no princípio de Abril. Esse valor, que como acho que já referi isso aqui numa assembleia municipal, houve 60 municípios que tiveram direito a zero euros de possibilidade de contracção de empréstimos. O Município de Peniche tem um valor superior a este 1 280 000 que está aqui a ser solicitado. Portanto, se relativamente a este segundo limite não há problemas, no primeiro é que temos algumas preocupações. Porquê? Porque o mesmo Orçamento de Estado permite, ou faz referência, ao carácter de excepção para o limite de endividamento, para os empréstimos associados a operações de reabilitação urbana, mas que carecem de autorização do ministro respectivo. Neste momento, não temos garantias de que este, apesar do Orçamento de Estado prever o carácter de excepcionalidade destes empréstimos para o limite de endividamento, não temos ainda garantia porque só após o desenvolvimento deste processo é que iremos também chegar a esse pedido de excepcionalidade.

«Naturalmente que apesar do Orçamento de Estado dar referência a que não conta, imagine que o ministério diz: “Sim senhor...não...vai contar.” Então aí já teremos de olhar bem para as contas, tendo em conta aquela primeira limitação que eu referi que o Orçamento de Estado determina, de que o nosso endividamento líquido não deve ultrapassar aquele que se verificava em 30 de Setembro. Digamos que se associarmos a isto também aquilo que o Programa do Governo apresenta, em termos de referências ao endividamento geral associado também às autarquias locais, que poderão significar novas regras, novas limitações sobre esta matéria, digamos que há aqui matérias que ainda estão também em aberto sobre este processo.

«Relativamente ao autofinanciamento, acho que o deputado Ademar já colocou algumas sugestões que estão aí. Naturalmente que um valor com estas características,

também estas limitações que eu aqui referi, se contar para a excepcionalidade, poderemos inclusive associarmo-nos com empréstimos que reforcem a parte desses 15% que seria necessário. Se a excepcionalidade não for contemplada, naturalmente que as obrigações e as exigências em termos de gestão da garantia do autofinanciamento terão de ser bastante mais vigorosas e rigorosas.»

Submetida a proposta a votação, de braço no ar, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com duas abstenções, dos senhores Carlos Santana e António Salvador, ambos do PSD, e vinte e dois votos a favor, dos restantes membros presentes, autorizar a adjudicação da contratação de um empréstimo junto do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, conforme a sua proposta com a ref.^a 363996, datada de 6 de Junho de 2011, de que se destacam: Montante do empréstimo: até ao valor de 1 280 000,00 euros; Prazo: 25 anos, com período de utilização até 30 meses; Taxa de juro: Euribor a 6 meses, acrescida do *spread* de 2,5 %, conforme proposta da Câmara Municipal, decidida em sua reunião de 14 de Junho de 2011.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO:

Neste período não registaram quaisquer intervenções.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ACTA:

Para efeitos de execução imediata, a Assembleia deliberou aprovar a minuta da presente acta, por unanimidade, nos termos do número três do artigo nonagésimo segundo da lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de Setembro.

ENCERRAMENTO:

Sendo duas horas e trinta minutos do dia dois de Julho de 2011, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a sessão, da qual, para constar, se lavrou a presente acta, observando o artigo 63.º do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, aprovado em 25 de Junho de 2010, que estipula que a acta de cada reunião ou sessão contenha as intervenções de cada membro da Assembleia Municipal, que eu, *Josselene Nunes Teodoro* Directora do Departamento Administrativo e Financeiro, subscrevo e com ele assino.